



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

EXTRACTIVISMO QUE DESTRÓI O AMBIENTE

DESSENDANDO CRIMES AMBIENTAIS COMETIDOS POR
EMPRESAS CHINESAS DE EXPLORAÇÃO MINEIRA EM
MOÇAMBIQUE



Maputo, Fevereiro de 2024

Título: Extractivismo que destrói o ambiente: desvendando crimes ambientais cometidos por empresas chinesas de exploração mineira em moçambique

Director: Edson Cortez

Revisão de pares: Baltazar Fael, Borges Nhamirre, Edson Cortez, Estrela Charles, Lázaro Mabunda,
Mery Rodrigues e Rui Mate

Propriedade: CIP

Revisão linguística: Samuel Monjane

Maputo, 2024



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

EXTRACTIVISMO QUE DESTRÓI O AMBIENTE

**DESVENDANDO CRIMES AMBIENTAIS COMETIDOS POR
EMPRESAS CHINESAS DE EXPLORAÇÃO MINEIRA EM
MOÇAMBIQUE**

Maputo, Fevereiro de 2024

Índice

| | |
|---|-----------|
| Sumário Executivo..... | 5 |
| 1. Introdução..... | 6 |
| 2. Atentados que contrariam o compromisso com a protecção ambiental..... | 8 |
| 2.1 O caso de Moma..... | 10 |
| 2.2 O caso de Inhassunge..... | 16 |
| 2.3 O caso de Chongoene..... | 21 |
| 3. O perfil e as conexões entre as empresas..... | 27 |
| 4. As consequências são irremediáveis..... | 27 |
| 4.1 Falta de vontade política..... | 28 |
| 4.2 É um padrão de caos..... | 29 |
| 4.3 O nosso futuro está em jogo..... | 31 |
| 4.4 É a destruição da biodiversidade..... | 32 |
| 4.5 “Não temos conhecimento”..... | 32 |
| 5. Conclusão..... | 36 |
| 6. Recomendações..... | 37 |
| 7. Referências Bibliográficas..... | 38 |

Sumário Executivo

A indústria extractiva em Moçambique tem gerado receitas para o Estado e constitui, actualmente, uma das principais áreas responsáveis pelo crescimento económico do país. No primeiro trimestre de 2023 apresentou um nível de crescimento de 38,02% contra uma previsão de 23,1%.

Não obstante, esta indústria tem sido responsável por causar danos sociais, económicos e ambientais para as comunidades hospedeiras. Por esta razão, estas comunidades têm reportado potenciais casos de crimes ambientais, com efeitos nefastos ao clima, à saúde e segurança humana e dos ecossistemas associados. Esta situação agrava as desigualdades sociais, a pobreza, a desconfiança em relação às instituições governamentais, pelas comunidades locais, entre outras consequências.

Apesar de diversas denúncias que se têm assistido, nos meios de comunicação nacional e internacional, as autoridades governamentais e de justiça têm dedicado pouca atenção aos problemas ambientais e sociais causados pela indústria extractiva. De forma a contribuir para a resolução destas inquietações, sociais e ambientais, o CIP realizou uma pesquisa de campo nas comunidades hospedeiras de projectos de mineração, implementados por três companhias mineiras, nomeadamente, Dingsheng Minerals (Gaza), África Great Wall Mining Development Company Ltd (Zambézia), e Haiyu (Mozambique) Mining Co. Lda (Nampula). O estudo tinha como objectivo avaliar o impacto da acção destas empresas para o meio ambiente e para a vida das comunidades locais e confrontá-lo com as denúncias reportadas em diversas plataformas sociais.

O estudo foi realizado entre Agosto e Dezembro de 2023. Baseou-se em técnicas de investigação jornalística, consistindo em 4 fases. A primeira foi de revisão bibliográfica e de preparação do trabalho de campo. Esta fase foi de consulta de artigos, relatórios técnicos e de estudos de impacto ambiental, documentos oficiais, legislação nacional e internacional, e de outros relevantes de modo a fazer o enquadramento teórico. A segunda fase consistiu na colecta de dados de campo através da observação directa, entrevistas a activistas do sector, a especialistas e activistas de protecção ambiental, a agentes do Estado e a membros de comunidades locais. A terceira fase foi de análise e discussão dos resultados de campo, que consistiu na identificação de irregularidades ambientais e sociais e na comparação com a legislação nacional. Por fim, a fase quatro, foi de redacção do relatório. As entrevistas foram por livre consentimento dos participantes. Por opção de alguns dos entrevistados, e pela força da deontologia profissional, a identidade de algumas fontes foi ocultada, como forma de protecção de eventuais represálias.

O estudo constatou evidências significativas associadas às más práticas das mineradoras nas áreas de exploração. Os dados obtidos no campo evidenciam que as empresas têm causado impactos ambientais e sociais adversos. Estes impactos incluem a destruição de habitats sensíveis, a poluição ambiental, o reassentamento inapropriado e/ou injustiças nas compensações sobre o processo de reassentamento. Contrariando as expectativas das empresas extractivas de catapultar o desenvolvimento local, notou-se, em alguns casos, que houve redução da qualidade de vida de algumas comunidades, devido à perda de meios de subsistência, como a terra para a prática da agricultura, e à dificuldade para o acesso a água, lenha, material de construção, entre outras situações.

Considerando as principais constatações desta pesquisa, recomenda-se a tomada de acções urgentes e enérgicas para travar os problemas ambientais e sociais, principalmente numa altura em que as mudanças climáticas têm-se feito sentir a nível global e local. E, para tal, o Governo, as empresas envolvidas, as organizações nacionais e a comunidade internacional devem desempenhar o seu papel de modo a garantir a protecção ambiental e social. Deste modo recomenda-se: (1) *ao Governo de Moçambique* fortalecer as medidas de protecção ambiental e dos direitos das comunidades locais; reavaliar os investimentos que representem custos ambientais inaceitáveis ao país; reforçar a luta contra a corrupção, neste caso específico no sector em alusão; e criar as condições necessárias para uma efectiva fiscalização e penalização de infractores; (2) *às empresas envolvidas em desmandos ambientais* - que cumpram com o preconizado na legislação nacional e internacional e com as boas práticas na exploração de recursos; (3) *às autoridades governamentais responsáveis pelo sector ambiental mineiro* - que fiscalizem rigorosamente as actividades das empresas mineiras e avaliem o impacto ambiental das suas actividades, tomando as medidas necessárias em caso de infracção; (4) *À Procuradoria-Geral da República*, - investigar e responsabilizar os protagonistas de crimes ambientais; (5) *Às organizações ambientais* - reforçar a advocacia em prol de uma melhor protecção do ambiente e social; (6) *À academia* - realizar pesquisa sobre os reais impactos ambientais de projectos mineiros, e não só; (7) *À comunidade internacional* - recomenda-se que faça diplomacia, junto do Governo de Moçambique, em prol de um maior respeito por questões ambientais e sociais.

1. Introdução

A protecção ambiental é uma das questões em voga no discurso político em Moçambique, sobretudo na última década. Neste período, o país tornou-se num dos mais afectados por fenómenos naturais extremos¹, cheias e secas. Além do destaque no discurso político, as questões ambientais têm valido ao Governo de Moçambique e, em particular, ao actual Presidente da República, Filipe Nyusi, diversas distinções, sobretudo nos últimos oito anos.

Em 2021, por exemplo, Moçambique tornou-se no primeiro país do mundo a receber pagamentos de um fundo fiduciário do Banco Mundial pela redução de emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal, comumente conhecido como REDD+, em reconhecimento dos esforços do Governo de Nyusi na redução de emissões de carbono. De acordo com o Banco Mundial, para receber o pagamento, Moçambique apresentou um relatório oficial de monitoria, confirmando as reduções de emissões e, entre Setembro de 2020 e Maio de 2021, realizou-se uma verificação independente (The World Bank, 2021).

Ainda em 2021, a adesão de Moçambique ao Giants Club² (Clube de Gigantes) significou, também, um reconhecimento aos esforços do país e do presidente da República na área do ambiente, alterações climáticas e conservação da natureza. Em Agosto de 2022, o próprio Presidente moçambicano afirmou em Maputo, durante a Sessão de Alto Nível da Conferência Regional sobre o Maneio Sustentável e Integrado da Floresta do Miombo, que Moçambique é “campeão da acção climática” (Nyusi, *apud* Nações Unidas, 2022).

Individualmente, o Presidente Filipe Nyusi recebeu, nos últimos oito anos, pelo menos três galardões, dentro e fora do país, no âmbito da protecção da biodiversidade e do meio ambiente. Um dos principais galardões, que reconhece, directamente, os esforços do Presidente Nyusi na protecção do ambiente, foi atribuído em Setembro de 2022 pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM), a maior e mais antiga universidade do país. Trata-se do título de Doutor Honoris Causa na área de Conservação da Biodiversidade e Mudanças Climáticas.

Na cerimónia de outorga deste título, o reitor da UEM, Manuel Guilherme Júnior, mencionou como obras de Filipe Nyusi: “medidas efectivas” na “conservação e na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas (...) (e de) poluição dos oceanos e mares”, “assegurar uma economia azul sustentável”, bem assim “governança de recursos naturais e do ambiente em prol da sociedade” e “governança em prol da conservação da biodiversidade” (UEM, 2022).

O padrinho de Filipe Nyusi na atribuição do Honoris Causa pela UEM foi o antigo estadista queniano, Uhuru Kenyatta, que, na ocasião, considerou que o presidente moçambicano e o seu Governo tinham implementado reformas legais que impulsionaram a conservação da biodiversidade em várias áreas protegidas do país. Kenyatta apontou a adesão de Nyusi ao Giants Club, em Julho de 2021, como reconhecimento dos seus esforços na área do ambiente, alterações climáticas e conservação da natureza, embora com foco na protecção de elefantes.

“Estamos perante um verdadeiro herói que, pelos seus feitos, transcende as fronteiras de Moçambique. Suas conquistas devem inspirar jovens e profissionais, principalmente na área de conservação, biodiversidade e mudanças climáticas”, disse o ex-estadista queniano (*apud* UEM, 2022), ele próprio parte do Giants Club.

Mas o presidente Nyusi recebeu outras distinções que, embora não específicas à protecção ambiental, estão ligadas à biodiversidade e protecção da natureza nas suas mais variadas dimensões. É o caso da sua distinção nos Estados Unidos da América, em Setembro de 2016, segundo ano do seu primeiro mandato, com o prémio de mérito na conservação pela *International Conservation Caucus Foundation* (AIM, 2016). Em Fevereiro de 2022, Filipe Nyusi foi nomeado, pela Comissão da União Africana, campeão da União Africana para a Gestão do Risco de Desastres Naturais (Presidência da República de Moçambique, 2022).

A preocupação pela preservação ambiental tem dominado o discurso político, no entanto Moçambique está a registar vários atentados contra o meio ambiente, facto este que poderá comprometer, ou, em algum momento colocar em causa os reconhecimentos internacionais que o país tem vindo a receber. É neste contexto que surgiu o presente trabalho que questiona a propagação de problemas ambientais e sociais numa era em que deve-se promover a justiça ambiental.

1 Em 2015, por exemplo, Moçambique foi classificado, no Índice de Risco Climático Global da GermanWatch, como o país mais afectado por fenómenos climáticos, num ano em que foram registadas 351 mortes atribuíveis a fenómenos extremos (RFI, 2016). Em 2021, o país voltou a ser classificado como o mais vulnerável do mundo às mudanças climáticas, depois de, em 2019 (último ano analisado no âmbito do Índice divulgado em 2021), ter sido afectado pelos ciclones Idai e Kenneth (Lusa, 2021). O Idai, por exemplo, foi considerado o ciclone tropical mais mortífero e com maiores custos do sudoeste do Oceano Índico, provocando mil mortos em três países (incluindo Malawi e Zimbábwe) e causando danos económicos de 1.802 milhões de euros (GermanWatch, *apud* Lusa, 2021).

2 O The Giants Club é um fórum internacional de líderes políticos, empresários, financeiros, filantropos, conservacionistas e cientistas, todos eles comprometidos com a preservação da biodiversidade (Ledger, 2021).

Num universo de atentados contra a natureza, a pesquisa tomou como amostra três casos de estudo ligados a indústria extractiva, representando as três regiões do país: Moma, Nampula, no Norte, Inhassunge, Zambézia, no Centro, e Chongoene, Gaza, no Sul. A indústria extractiva em Moçambique constitui uma das principais áreas responsáveis pelo crescimento económico do país, sendo que no primeiro trimestre de 2023 apresentou um nível de crescimento de 38,02% contra uma previsão de 23,1%.

Não obstante, este sector tem sido responsável por causar danos sociais, económicos e ambientais para as comunidades hospedeiras. Por esta razão, estas comunidades têm reportado potenciais casos de crimes ambientais, com efeitos nefastos ao clima, à saúde e segurança humana e dos ecossistemas associados. Esta situação agrava as desigualdades sociais, a pobreza, a desconfiança em relação às instituições governamentais, pelas comunidades locais, entre outras consequências.

Apesar de diversas denúncias que se têm assistido, nos meios de comunicação nacional e internacional, as autoridades governamentais e de justiça têm dedicado pouca atenção aos problemas ambientais e sociais causados pela indústria extractiva³. De forma a contribuir para a consciencialização e quiçá resolução destas inquietações, sociais e ambientais, o CIP realizou uma pesquisa de campo nas comunidades hospedeiras de projectos de mineração, implementados por três companhias mineiras, nomeadamente, Dingsheng Minerals (Gaza- Chibuto/Chongoene⁴), África Great Wall Mining Development Company Ltd (Zambézia- Inhassunge), e Haiyu (Mozambique) Mining Co. Lda (Nampula-Moma). O estudo tem como objectivo avaliar o impacto da acção destas empresas para o meio ambiente e para a vida das comunidades locais e confrontá-lo com as denúncias reportadas em diversas plataformas sociais.

A Dingsheng Minerals, é uma empresa que começou a operar em Moçambique em 2018. No ano de 2021, esta empresa causou a destruição de dunas junto à praia de Chongoene, local de onde pretende exportar as areias pesadas que explora no vizinho distrito de Chibuto (CCIE, 2021). Em Inhassunge, a Africa Great Wall Mining Development Company, Lda., que também iniciou a exploração de areias pesadas a céu aberto em 2020, devastou um sensível ecossistema de vegetação nativa, além de poluir águas, solos e o ar, fundamentais para a biodiversidade, incluindo a sobrevivência humana.

Em Moma, a Haiyu (Mozambique) Mining Co., Lda., empresa que em 2021 estendeu as suas explorações para este distrito (Tovele, 2022), além de arruinar dunas e destruir vegetação nativa, bloqueou cursos naturais de água numa zona da faixa da orla marítima, resultando em grandes saldos ambientais negativos.

O estudo foi realizado entre Agosto e Dezembro de 2023. Baseou-se em técnicas de investigação jornalística, consistindo em 4 fases. A primeira foi de revisão bibliográfica e de preparação do trabalho de campo. Esta fase foi de consulta de artigos, relatórios técnicos e de estudos de impacto ambiental, documentos oficiais, legislação nacional e internacional, e de outros relevantes de modo a fazer o enquadramento teórico. A segunda fase consistiu na colecta de dados de campo através da observação directa, entrevistas a activistas do sector, a especialistas e activistas de protecção ambiental, a agentes do Estado e a membros de comunidades locais. A terceira fase foi de análise e discussão dos resultados de campo, que consistiu na identificação de irregularidades ambientais e sociais e na comparação com a legislação nacional. Por fim, a fase quatro, foi de redacção do relatório. As entrevistas foram por livre consentimento dos participantes. Por opção de alguns dos entrevistados, a identidade de algumas fontes foi ocultada, como forma de protecção de eventuais represálias.

O relatório está estruturado em IV capítulos. Para além da presente introdução, que inclui considerações metodológicas, o trabalho apresenta, no capítulo II, os resultados da pesquisa de campo, subdivididos pelos três estudos de casos. No capítulo III, apresenta-se o perfil das empresas envolvidas em práticas que configuram problemas ambientais e sociais, que têm um denominador comum: empresas estrangeiras de capitais chinesas, sob o olhar impávido das autoridades moçambicanas, seguindo o mesmo padrão de irregularidades do investimento estrangeiro em Moçambique.

No capítulo IV, apresenta-se a opinião de especialistas e activistas em matéria de protecção ambiental, que explicam a gravidade dos atentados ambientais em curso no país, com implicações irremediáveis. O estudo termina argumentando que Moçambique não pode continuar a assistir ao retalho da sua natureza pelos “senhores do capital”, ainda mais com benefícios quase nulos, quer para o Estado, quer para as comunidades locais.

Recomenda-se a tomada de acções urgentes e enérgicas para travar os atropelos ambientais, ainda mais numa altura em que as mudanças climáticas nos têm demonstrado a sua face mais devastadora, sobressaindo, entre outros, o facto de que a agressão ao ambiente, pelo Homem, reduz as possibilidades para a mitigação de eventos extremos.

³ Inclusivamente, os casos em estudo são todos projectos de Categoria A, considerados, à luz do Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental (RAIA), aprovado pelo Decreto n.º 45/2004, de 29 de Setembro, um dos principais instrumentos para a efectivação da Lei do Ambiente, como sendo aquelas que mais impactos têm sobre o ambiente.

⁴ No caso de Gaza, as minas estão situadas no distrito de Chibuto, mas a destruição de dunas foi verificada no distrito de Chongoene.

2. Atentados que contrariam o compromisso com a protecção ambiental

Em Abril de 2021, um caso de destruição de dunas, junto à praia de Chongoene, na província de Gaza, agitou o país, particularmente a sociedade civil que trabalha na protecção ambiental. Na opinião pública, o caso foi apresentado como um exemplo paradigmático de atropelo contra o ambiente no país. Entretanto, depois da observação directa efectuada no terreno, no âmbito desta pesquisa, pode-se afirmar, a partir da magnitude das destruições verificadas, que o caso de Chongoene é dos menos graves que há no país.

Nas zonas mais remotas de Moçambique, as violações são ainda mais graves. Moma e Inhassunge são apenas alguns dos exemplos mais gritantes. Mas, um pouco por todo o país, o cenário é de chocantes agressões ao ambiente, contrariando o quadro legislativo vigente no país, desde a Constituição da República (CRM) até as leis ordinárias, como a do Ambiente, o Regulamento de Avaliação do Impacto Ambiental, o Regulamento da Poluição e Protecção do Ambiente Marinho e Costeiro, o Regulamento de Gestão e Ordenamento da Zona Costeira e ds Praias, o Regulamento Ambiental para a actividade Mineira, que colocam a protecção do meio como uma das prioridades do Estado moçambicano.

A CRM, por exemplo, estabelece, no seu número 1, do artigo 90, que “todo o cidadão tem o direito de viver num ambiente equilibrado e o dever de o defender”. O número 3, do mesmo artigo, preconiza que “o Estado e as autarquias locais, com a colaboração das associações de defesa do ambiente, adoptam políticas de defesa do ambiente e velam pela utilização racional de todos os recursos naturais” (CRM, 2004). A necessidade de o Estado promover iniciativas para garantir o equilíbrio ecológico e a conservação e preservação do ambiente também são vinculados no artigo 117 da CRM (idem).

Por sua vez, a Lei n° 20/97, de 1 de Outubro (Lei do Ambiente), vai mais longe ao estabelecer, na alínea C, do número 4, que a gestão ambiental deve priorizar o estabelecimento de sistemas de prevenção de actos lesivos ao ambiente, de modo a evitar a ocorrência de impactos ambientais negativos significativos ou irreversíveis, independentemente da existência de certeza científica sobre a ocorrência de tais impactos. O artigo 10 da Lei do Ambiente determina, ainda, que o Governo deve estabelecer padrões de qualidade ambiental de modo a assegurar uma utilização sustentável dos recursos do país.

Para Serra (2012), enquanto a CRM eleva o ambiente à categoria de bem jurídico fundamental da comunidade, ao lado de outros bens clássicos, como a vida, a integridade física, as diferentes liberdades, entre outros, formando o que chama de autêntica “Constituição Ambiental”, a Lei do Ambiente configura-se como uma espécie de Lei-quadro. Esta Lei define um conjunto de conceitos e princípios fundamentais da gestão ambiental: i) na fixação do quadro institucional básico de protecção do ambiente, ii) na eleição de uma norma geral de proibição de todas as actividades que causem degradação ambiental, para além dos limites legalmente definidos (com destaque para a poluição), iii) na enunciação de normas especiais de protecção do ambiente (com especial ênfase na protecção da biodiversidade), iv) na previsão de um conjunto de instrumentos de prevenção ambiental (o licenciamento ambiental, o processo de avaliação do impacto ambiental e a auditoria ambiental) e v) na caracterização do sistema de infracções, penalidades e fiscalização (Serra, 2012: 14 e 15).

Para a Consultora RMS Lda (2014: 78), o conceito de visão integrada desenvolve-se e é incorporado na nossa legislação pela Lei do Ambiente, que define como princípio fundamental do nosso direito ao ambiente, “a visão global e integrada do ambiente, como um conjunto de ecossistemas interdependentes, naturais e construídos, que devem ser geridos de maneira a manter o seu equilíbrio funcional sem exceder os seus limites intrínsecos”.

Nestes termos, pode-se inferir que o conceito de gestão ambiental integrada, significa a adopção de medidas de protecção da natureza, tendo em vista não somente a protecção das espécies que a compõem, como também dos ecossistemas que permitem a sobrevivência daquelas (RMS Consultores, Lda, 2014: 78).

Enquanto isso, a Política Nacional do Ambiente, aprovada pela Resolução n°5/95, de 3 de Agosto, entre vários objectivos, visa: i) assegurar uma qualidade de vida aos cidadãos; ii) assegurar a gestão dos recursos naturais e do ambiente em geral, de modo a que mantenham a sua capacidade funcional e produtiva para as gerações presentes e futuras; iii) desenvolver uma consciência ambiental da população para possibilitar a participação pública na gestão ambiental; iv) assegurar a integração de considerações ambientais na planificação socioeconómica, promover a participação da comunidade local na planificação e tomada de decisões sobre o uso dos recursos naturais, proteger os ecossistemas e os processos ecológicos essenciais e integrar os esforços, regional e mundial, na procura de soluções para os problemas ambientais (RMS Consultores, Lda, 2014: 75).

Além da legislação nacional, o país é signatário de instrumentos internacionais que preconizam a protecção do meio ambiente, como é o caso da Convenção Africana sobre a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (através da Resolução n° 18/81), que visa incrementar a protecção ambiental e promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais (MITADER, 2015; UA, 2017).

Moçambique é também signatário da Convenção de Argel (ratificada pela Resolução n° 18/1981), que visa reforçar a protecção ambiental, fomentar a conservação e a utilização sustentável dos recursos naturais e harmonizar e coordenar as políticas nestes domínios. Esta Convenção também reconhece a importância vital dos recursos naturais: a flora, a fauna, a água e os solos, para o bem-estar das populações africanas (SIBMOZ e MTA, sd).

O país ratificou, também, a Convenção sobre Diversidade Biológica (através da Resolução n° 2/94), que é dedicada à promoção do desenvolvimento sustentável, e reconhece que a diversidade biológica vai para além de plantas, animais e microrganismos, e os seus ecossistemas – conglomerando também as pessoas - e a nossa necessidade em relação à segurança alimentar, medicamentos, ar fresco e água, abrigo e um ambiente limpo e saudável no qual se possa viver (idem).

Mas, na prática, o cumprimento destes princípios é, no geral, fraco e, em alguns casos, praticamente inexistente, tal como é demonstrado no capítulo seguinte, de apresentação de resultados de campo. No caso particular do extractivismo mineiro, objecto desta pesquisa, é preciso, antes de mais, esclarecer que as alterações ambientais cometidas vão para além do mínimo aceitável na degradação da natureza, que é suposto haver em qualquer actividade de exploração mineira. Quando, além da devastação de vegetação nativa, a mineração implica a destruição de dunas sensíveis para a manutenção dos ecossistemas e a biodiversidade e, até, a obstrução de rios e lagoas, estamos perante graves atentados contra o ambiente, que não podem ser aceitáveis em nome da exploração de quaisquer que sejam os recursos.

Por outro lado, no extractivismo mineiro, em particular, além do elevado custo ambiental destas actividades, Moçambique pouco ganha, em termos de receitas, o que se fica a dever a um conjunto de factores, que incluem a fraca capacidade do Governo na fiscalização das actividades e esquemas de sonegação fiscal por parte das mineradoras.

Só para elucidar, contas feitas em 2020 pelo Jornal SAVANA, com ajuda de especialistas do sector e a partir de dados da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (ITIE) - um padrão global de promoção de transparência e gestão aberta e responsável dos recursos naturais, do qual Moçambique faz parte desde 2009 - indicam o não pagamento, pela Haiyu (Mozambique) Mining Co., Lda., de vários impostos em diferentes períodos (Nhantumbo, 2020).

De 2012 a 2016, por exemplo, a citada empresa, que agora está a destruir o ambiente em Moma, não pagou o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC), a principal fonte de arrecadação de receitas no país. Conforme Nhantumbo (2020), a empresa também não pagou, tanto o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS), relativo a 2017, como o Imposto sobre a Superfície, em 2014 e em 2016. De 2012 a 2018, apenas por uma vez, em 2017, a Haiyu terá cumprido com a obrigação do pagamento da taxa de concessão mineira, desembolsando 12 mil meticais. De acordo com a fonte em referência, no total a Haiyu terá pago, em impostos diversos, os seguintes totais: 3.7 milhões de Meticais, em 2012; 9 milhões, em 2013; 8 milhões, em 2014; 4 milhões, em 2015; outros 4, em 2016; 8 milhões, em 2017 e 9 milhões, em 2018 (Nhantumbo, 2020).

Por sua vez, a Amnistia Internacional (AI) calcula que de 2012 a 2015, Moçambique terá perdido USD 13 milhões [520 milhões de Meticais ao câmbio de então] em impostos que não foram pagos pela empresa de capitais chineses. Sambo (2018), por sua vez, refere que em 2015, quando a Haiyu era a única exportadora de areias pesadas para a China, a partir do distrito de Angoche, na província de Nampula, onde iniciou as operações em 2011, cerca de 72% dos recursos minerais exportados para o gigante asiático, avaliados em USD 40,8 milhões (2 mil milhões de Meticais) não foram contabilizados, nem tributados em Moçambique (Sambo, 2018, e Nhantumbo, 2020).

Enquanto isso, a Africa Great Wall Mining Development Company Ltd. pagou ao Estado moçambicano, entre 2020-2021, apenas cerca de 160 milhões de Meticais pela exploração de areias pesadas na ilha de Olinda (Mate, 2022). Estas contribuições, da Haiyu (Mozambique) Mining Co., Lda., e da Africa Great Wall Mining Development Company Ltd. provam que as receitas que Moçambique ganha destas actividades estão longe de compensar os custos ambientais que representam, ainda que esses não sejam de fácil mensuração numérica.

Como se não bastasse, para as comunidades locais os benefícios destas empresas são, também, quase nulos. Este é, também, um padrão que é conhecido na história dos grandes investimentos em Moçambique. Nem mesmo nas indemnizações e nos reassentamentos, que constituem direitos básicos das comunidades que perdem os seus meios de subsistências para as empresas, são observados os seus direitos, como, também, será demonstrado ao longo do trabalho, embora este não seja o foco da pesquisa.

2.1 O caso de Moma

O distrito de Moma situa-se na parte costeira da província de Nampula. De acordo com o Recenseamento Geral da população de 2017, o distrito possui cerca de 360.582 habitantes e ocupa uma superfície estimada em 5.752 km² (INE, 2021). É um distrito rico em recursos minerais, destacando-se as areias pesadas. É neste distrito onde, desde 2021, a Haiyu Mining está a explorar estes valiosos recursos⁵ que servem, entre outras finalidades, para as indústrias naval e aeronáutica. De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental do projecto, a área total da concessão mineira é de 10.000 hectares.

As explorações da Haiyu, em Moma, estão a ser feitas junto a uma zona de protecção parcial, no caso uma zona de faixa da orla marítima⁶. O próprio Relatório conjunto de Estudo de Impacto Ambiental (REIA), do Plano de Gestão Ambiental (PGA) e do Plano de Monitorização Ambiental (PMA) da actividade da Haiyu admite que a região onde estão a ser exploradas as areias pesadas é sensível, em termos ambientais, por estar situada em um local não distante de biomas e nascentes, que, por si só, já justifica a adopção de uma estratégia de gestão ambiental.

Aliás, o distrito de Moma está dentro da Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas (APAIPS), uma das maiores, senão a maior área costeira e marinha de protecção em Moçambique. Mesmo que a Lei de Terras determine, nos seus artigos 8 e 9, que zonas especiais, como faixas da orla marítima, possam ser concedidas para o exercício de determinadas actividades, através de licenças especiais (Tovele, 2022), o que está a ocorrer, no terreno, não deixa de representar sérios riscos ambientais.

Ao que o CIP constatou no terreno, a Haiyu explora, em Moma, várias e extensas áreas, cada uma com várias unidades de processamento, que em alguns casos chegam a aproximadamente uma dezena por área.

Amilcar Marremula

As áreas, situadas na localidade de Mpago, no posto Administrativo Sede do Distrito de Moma, incluem as comunidades de Mponha, Nacalela, Muripa, Natupi, Coropa e Mpuitine. Tecnicamente, a área é designada, no Relatório conjunto de Estudo de Impacto Ambiental (REIA), do Plano de Gestão Ambiental (PGA) e do Plano de Monitorização Ambiental (PMA) como Concessão Mineira 7239C. De acordo com o Relatório, a concessão, com uma extensão de 10 mil hectares, tem uma previsão de investimento de UDS 10 milhões.



Algumas das áreas abrangidas pelas explorações estão subjacentes umas das outras. Em Coropa, por exemplo, contabilizavam-se, até Janeiro de 2023, 20 pequenas unidades de processamento de areia. Quando o CIP esteve lá, 19 delas estavam funcionais. A vigésima, que se encontrava ainda na parte final da sua montagem, estava à espera de mais areia para processar.

De acordo com a população local, a Haiyu começou a operar em Coropa, de forma efectiva, em princípios de 2022. Desde o início, as explorações de Coropa foram acompanhadas por várias agressões ao ambiente, que vão para além do mínimo aceitável de efeitos que pressupõem investimentos de género. No local, há até casos gritantes de obstrução de cursos naturais de água. Um dos principais rios, secular, que alimentava a aldeia para diversos fins, desde a pesca, busca de água, além da função para o equilíbrio ambiental, foi obstruído pelos chineses para dar lugar às suas actividades.

O que era, antes, um curso normal de água, está, agora, interrompido - destruído

⁵ Além da Haiyu Mining, está a explorar areias pesadas, em Moma, a mineradora irlandesa Kenmare.

⁶ Mesmo assim, o Relatório de Estudo de Impacto Ambiental não identifica impactos que proibam a implementação deste projecto. Pelo contrário, estabelece metas para a prevenção e eliminação do que chama por “não conformidades ambientais”. O Relatório conjunto de Estudo de Impacto Ambiental (REIA), do Plano de Gestão Ambiental (PGA) e do Plano de Monitorização Ambiental (PMA) do projecto da Haiyu, em Moma, foi elaborado pelo Engo Amilcar V. Marremula que, no documento, é descrito como Consultor Ambiental Independente, com Licença no 46/2018 Nampula. O Relatório data de Setembro de 2019, mas, pelo menos até Abril de 2020, Amilcar Marremula era entrevistado pelo Jornal SAVANA, em nome da direcção da empresa Haiyu (Nhantumbo, 2020: 16), o que é susceptível de levantar conflitos de interesse. “No âmbito do projecto da Haiyu Mozambique Mining, Lda., foi celebrado um contrato de prestação de serviços designado por: “Prestação de Serviço de Elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental da “Empresa Haiyu Mozambique Mining, Lda., Concessão Mineira 7239C.” (entidade contratante) e o Consultor Ambiental Individual “Engo Amilcar V. Marremula” (entidade contratada)”, lê-se no Relatório datado há cerca de sete meses antes de Amilcar Marremula conceder entrevistas em nome da empresa para a qual foi contratado para prestar serviços de consultoria ambiental independente.

pelo Homem. No seu lugar, estão buracos, montes de areia e unidades de processamento de areia bruta, da qual se extrai uma areia fina, cor preta e com brilho, tal como se apresenta o valioso minério que leva o nome de “areias pesadas”. A área mineira dos chineses é de circulação quase restrita. Os residentes não sabem dizer ao certo qual é a extensão do rio mas, segundo eles, de Natupi para Namaizi, as áreas que eram abrangidas pelo curso de água levavam cerca de 3 horas de tempo de caminhada.

“Cortaram rios para montar fábricas”, lamenta Domingos Jamal, 39 anos, natural de Coropa, que vê, pela primeira vez, os rios da sua aldeia a secarem. Amade Ussene, nome fictício de um jovem que como trabalhador no empreendimento dos chineses não pode ser identificado sob risco de sofrer represálias do patronato, explica que ao longo da sua vida, caminha para os 30 anos, nunca tinha visto os rios de Coropa a secarem.

Com o dedo indicador apontado para a frente, diz: “cortaram aquele rio que nunca tinha secado. Agora, só ficou um leito. O outro, aquele lá, está completamente seco”. Sem ser solicitado a repetir, ele trata de o fazer: “este rio aqui não secava. Mas agora está cortado. Só ficaram lagoas”. É a desilusão de um povo que está a ver o que ao longo de anos foi o seu meio ambiente a ser dilacerado pelos “senhores do capital”.

Próximo de onde trabalhadores moçambicanos fazem os últimos acertos para a entrada em funcionamento da fábrica número 20, tecnicamente designada por “barco hidráulico” (RMS Consultores, Lda, 2014: 19) está um bananal a sucumbir. O seu mau aspecto, com o verde a ceder a uma cor amarelada, denuncia a falta de água com o bloqueio de um dos ramais de água que alimentava estas plantas, que de mais líquido necessitam.

Da aldeia para a área de mineração, um acesso que antes era frequentado por peões e por motociclistas, os chineses tiveram de abrir uma via para a passagem de viaturas, sobretudo de camiões. Com efeito, foi necessário cometer mais uma agressão ao ambiente: abater árvores frondosas, algumas delas seculares, para abrir a via. Com tudo perdido, os moradores até se queixam de poluição sonora. “Há barulho que chega até ao bairro”, conta uma fonte trabalhadora da empresa.

Argentina Agostinho não sabe que idade tem, mas sabe que desde criança tinha nos rios que corriam próximo da sua casa uma das fontes para a sua sobrevivência. “Tirávamos água ali, peixe ali; lavávamos roupa ali, tomávamos banho ali, mas bloquearam” - conta, sentada na sombra de uma árvore, na sua casa, não distante do rio. Acrescenta que quando o principal rio secou, a comunidade passou a buscar água num pequeno ramal, mas também acabou secando. Agora, devem percorrer longas distâncias para encontrar o precioso líquido indispensável para a vida humana. Como se não bastasse, em Coropa, as explorações são feitas próximo ao mar, a escassos metros das águas do oceano Índico.

Além de Coropa, a Haiyu também explora areia na zona de Míria, igualmente no distrito de Moma. Trata-se de uma extensa área onde, além de derrubar vegetação nativa, os chineses destruíram, igualmente, dunas para abrir ruas de ligação entre as minas e o armazém e o porto. Aliás, Míria transformou-se numa espécie de “território chinês”. Eles tornaram a área num enclave, restringindo a circulação de pessoas e bens⁷. Não é para menos. Míria é uma zona intermédia entre as diferentes minas da Haiyu, espalhadas pelo distrito de Moma, e o armazém e o cais para a exportação do minério, erguidos pelos chineses numa zona conhecida por Inchaque.

Em Inchaque, onde além do armazém e do porto funciona o principal acampamento da Haiyu em Moma, os chineses também cometeram graves agressões ao ambiente. A montagem destes empreendimentos implicou, pois, arrasar um rico ecossistema de mangais, um tipo de plantas que fornece uma série de serviços ecossistémicos para o homem e a natureza, tais como: a protecção costeira contra ventos fortes e ciclones, a estabilização de solos contra a erosão e a biofiltração de poluentes. Além disso, os mangais têm um valor cultural e sequestro de carbono, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas. Servem, ainda, de berçário para a reprodução de várias espécies marinhas (Biofund, 2021).

O único mangal que sobra em Inchaque é o que está à volta dos empreendimentos, que estão próximos de um dos maiores assentamentos pesqueiros de Moma. Mais ainda, as ruas que dão acesso a Míria e Inchaque, e daqui para Coropa e vice-versa, foram terraplanadas. Mas, o seu melhoramento implicou mais um ataque contra o ambiente: a Haiyu fez profundas escavações para a extracção de areia vermelha, usada para terraplanar os acessos. Uma dessas escavações originou problemas de erosão que ameaçam fazer cair árvores e destruir machambas, que são as principais fontes de sobrevivência das comunidades locais.

⁷ Com efeito, além das várias escavações e de dezenas de escavações e montões de areia que substituíram vegetação natural, em Míria, também passam todos os camiões que transportam areia ao cais. Contra as restrições, a nossa investigação percorreu a área e, a praticamente cada minuto, havia um basculante a cruzar a área em direcção a Inchaque, onde fica o armazém e o cais da Haiyu.

Como se não bastasse, para se chegar a Míria e Inchaque, vindo da vila distrital de Moma, passa-se por meio de uma zona residencial, o que gera mais um problema ambiental que se abate directamente sobre as comunidades. Trata-se de poluição por poeiras sobre o centro da aldeia Mponha, que está à entrada para as minas, o armazém e o porto.

De Mponha, aldeia situada fora do corredor que liga as várias minas e o armazém da Haiyu, não passam, necessariamente, camiões de transporte de areias pesadas. Daqui, passam, isso sim, viaturas pesadas transportando equipamento de logística das operações da empresa chinesa, bem como viaturas ligeiras que transportam os executivos e outros trabalhadores da empresa, tendo como destino as minas de Míria e o acampamento de Inchaque.

Além das poeiras provocadas pela circulação destes veículos, em via de terra batida, o que agrava a situação em Mponha é que os chineses intervencionaram a rua, incluindo a colocação de areia vermelha. Por isso, sempre que transitam, eles fechados nas suas viaturas, com ar condicionado, abre-se um drama para a população. Pouco escapa às poeiras levantadas pelas viaturas dos “chineses”. Pintam quase tudo.

O aspecto avermelhado das casas, visível a olho nu, denuncia esse martírio por que passam os residentes. Os utensílios domésticos também não escapam, mesmo estando no interior das casas, construídas com material não convencional. Sempre que as viaturas atravessam a aldeia Mponha, o ar fica poluído.

Domingas Macedo, 27 anos, é natural e residente em Mponha. Diz que vive diariamente violentada por poeiras. Segundo ela, com a intensa movimentação de veículos dos chineses pela aldeia, os residentes, que passaram a inalar poeiras com frequência, são recorrentemente acometidos por doenças de foro respiratório, com destaque para a tosse.

“A poeira entra até dentro das casas, ao ponto de sujar nossas roupas, tudo lá dentro. Já não digo de nós próprios cá fora, que sujamos todo o momento. Costumamos ter doenças aqui”, diz revoltada com a actuação da Haiyu.

Janeiro Manuel, 37 anos, igualmente natural e residente de Mponha, também conhece o custo ambiental das operações da Haiyu. “Só são poerias e mais poeiras. E a poeira suja tudo: roupas, casas, tudo mesmo”, enfatiza.

Perda de meios que leva à pressão sobre o ambiente

As actividades da Haiyu, em Moma, também implicaram, para as comunidades, a perda de meios de subsistência. A situação está a levar as comunidades a terem de procurar novas fontes de subsistência, com práticas que exercem pressão sobre o ambiente.

A título de exemplo, sem fonte natural para o combustível lenhoso, que foi invadida pela Haiyu, os residentes começam a abater árvores para extrair o único recurso à sua disposição para confeccionar alimentos, acabando por exercer pressão sobre o ambiente.

Durante a entrevista, Argentina Agostinho aponta para uma frondosa mangueira que começou a ser abatida para se ter lenha. A área devastada também fornecia demais recursos como material para construção de habitação. “Palhas para cobrir casas, estacas, tudo para construir casa, tirávamos aqui. Mas, agora, estamos sem nada”, conta Domingos Jamal, que agora tem de invadir qualquer área que lhe apareça para extrair esses recursos.

Mas nem o futuro lhes reserva boas perspectivas. Domingos teme pelo dia que os chineses forem a expandir, ainda mais, a sua área de exploração. “Aí não teremos outra maneira”, vaticina.

Também em Míria, o que antes era fonte de sustento das comunidades, nomeadamente para a extracção de recursos como lenha, estacas para construção, além de ser acesso ao mar, hoje está reservado apenas para a circulação de meios ao serviço da Haiyu, principalmente camiões transportando areias pesadas.

A comunidade de Mponha, por exemplo, que se localiza na parte superior de Míria e Inchaque, recorria a esta área para encontrar água para o consumo humano, lenha, carvão e estacas, mas hoje tem de encontrar novos meios de subsistência, que incluem percorrer longas distâncias.

Em Coropa, também abrangia machambas. Trata-se, pois, de uma zona baixa que servia para a produção de culturas como arroz, banana e batata-doce, além de possuir fontes de água para a sobrevivência. “Era uma zona pantanosa onde aproveitávamos fazer tudo”, lembra Domingos Jamal.

Aliás, o EIA já reconhecia que, com uma concessão mineira de 10.000ha, a Haiyu Mozambique Mining, Lda., poderia afectar as actividades de pesca, agricultura e pecuária local. Por isso, o plano de indemnização e compensação estabelecia que a compensação e a indemnização do serviço de passagem das áreas a serem interferidas pela mineração constituía parte essencial das acções necessárias à desocupação dessas áreas. Mas nem tudo foi como planificado. Agora sem machambas, alguns residentes começam a fazer agricultura nos seus próprios quintais ou nas redondezas das suas casas.

Com nostalgia, um trabalhador sazonal da empresa, que teve de pagar seis mil meticais ao secretário de bairro como condição para trabalhar na Haiyu, um esquema de corrupção alimentado pelas lideranças locais, recorda que as machambas da sua família foram simplesmente arrasadas pelos “brancos”, como se refere aos chineses.

“Tínhamos manchamba aqui. Essencialmente, produzíamos arroz”, lembra. “Onde estão a montar a nova fábrica, havia machamba”, acrescenta. “Deste lado, produzia-se arroz”, prossegue, indicando que, não muito distante, também se tirava lenha e carvão, além de água para beber. “Tudo era aqui”, assinala.

Argentina Agostinho, a senhora de idade que nasceu e cresceu em Coropa, tinha uma machamba, que a descreve como “grande”, onde produzia várias culturas tais como mandioca, melancia e feijão. Os chineses tudo destruíram. Mas, ali, a escassos metros da sua casa, não é só a machamba que perdeu. Ela, à semelhança de vários residentes, perdeu toda uma fonte natural para o seu sustento. “Perdemos tudo. Desde lenha, carvão, palha para fazer esteiras, frutas para comer, como massala, tudo tirávamos lá”, conta. Como se não bastasse, foi perder fontes de subsistência sem indemnizações.

Os benefícios pela presença da Haiyu são quase nulos para as comunidades. Até mesmo nas indemnizações, que constituem direitos básicos, as comunidades de Coropa têm reclamações, incluindo a não compensação pela destruição das suas culturas e das árvores derrubadas durante a ampliação do acesso à mina para a passagem de viaturas pesadas.

Enquanto perdem as suas fontes de sustento, as comunidades revelam, pois, que praticamente nada ganham da Haiyu. Um morador que não quis ser identificado disse que muitos jovens locais não têm emprego na empresa

Sem benefícios, o entrevistado prefere que aqueles investidores da República Popular da China abandonem Coropa e lhes deixem a terra. “Que se vão embora, deixando esta terra para ficarmos a fazer as nossas machambas” - afirma, destacando que, com a chegada dos chineses, tudo parou. “Tirávamos peixe naquele rio, mas parou. Tirávamos comida na machamba, mas acabou. Agora não conseguimos mais nada. Eles foram ao extremo de limpar machambas contendo muitas culturas, como mandioca, feijão e melancia”, diz.

Domingas Macedo, a jovem mulher de Mponha, vê nos operadores chineses uns “exploradores” que nem as suas promessas cumprem. “Chegaram com promessas de melhorias aqui, mas não estão a fazer nada do que prometeram. Só querem aproveitar os nossos produtos”- acrescenta. Com a ocupação de extensas áreas pela Haiyu, Macedo é uma das mulheres que tem de percorrer longas distâncias à procura de novas fontes de abastecimento de água porque as fontes naturais que estavam em Míria foram soterradas pelos chineses.

“Eles estragaram tudo, até as pequenas machambas. Agora para ter água de beber não é fácil. É muito difícil. Estamos a sofrer muito”, relata.

Janeiro Manuel também prefere que os investidores saiam da terra porque as comunidades nada ganham, senão inalação de poeiras. “Não fazem nada para nós, senão a poeira. Antes combinámos que os chineses iam trazer energia e escola para aqui, mas nada trouxeram. Por isso é preferível que eles saiam daqui e vão embora porque não trazem nada às pessoas, nem mesmo o que prometeram. O que eles trouxeram é poeira”, diz.

Manuel é uma das pessoas que com a chegada da Haiyu, hoje, tem de fazer longas distâncias para encontrar recursos como carvão. “Estamos a arranjar à rasca porque a distância que agora tempos de percorrer é muito longa”, refere.

Haiyu – um histórico de devastações

Legalizada em 2010, no segundo Cartório Notarial de Maputo, a Haiyu (Mozambique) Mining Co., Lda., é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Foi constituída pela Hainan Hai Yu Mining Co., Ltd (com 90%) e pela Africa Great Wall Mining Development Company, Lda. (10%) (BR, 2010), com um investimento inicial de USD 30 milhões. A operar no norte de Moçambique desde 2011, a empresa tem uma concessão mineira válida por 25 anos, renováveis por igual período, e atribuída à luz da Lei n. 20/2014, de 18 de Agosto (Lei de Minas).

A empresa extrai zircão e ilminite, minerais pesados usados para diversos fins, tais como a produção de pigmentos sintéticos de tintas, em indústrias navais, aeronáuticas, de artilharias e biomédicas (no caso do ilminite) e na indústria cerâmica. São também usados como refractários, barras de combustível nuclear, conversores de combustível catalítico e em sistemas de purificação de água e ar e em muitos revestimentos das fundições; em tanques químicos e em unidades de contenção de calor (no caso de zircão) (Haiyu, s.d.).

A Haiyu (Mozambique) Mining Co., Lda. é uma empresa conhecida pelo seu histórico de atentados contra o meio ambiente. Um dos casos mais dramáticos dos problemas ambientais e sociais da Haiyu registaram-se no distrito de Angoche, onde a empresa iniciou as operações, antes de estender o seu império de areias pesadas para Moma, em 2021.

Aliás, um estudo da Amnistia Internacional (2018), sobre o custo humano da exploração mineira chinesa, intitulado “As Nossas Vidas Não Valem Nada”, mostra como a actuação da Haiyu terminou em tragédia para as comunidades de Nagonha, uma aldeia litoral do distrito de Angoche. De acordo com a pesquisa, quando a Haiyu começou a minerar, a cerca de 3 km a norte da aldeia e continuou para sul na direcção da aldeia, arrasou dunas de areia, arrancando vegetação e despejando resíduos de mineração sobre as zonas húmidas. Enterrou duas importantes lagoas e os cursos de água que as ligavam, bem como as zonas húmidas, próximo ao mar, exactamente o mesmo que está a acontecer, actualmente, em Moma. O ponto mais crítico aconteceu na manhã de 7 de Fevereiro de 2015. Uma inundação súbita destruiu parcialmente Nagonha.

Quarenta e oito casas foram imediatamente arrastadas para o mar. A água das inundações abriu um novo canal em direcção ao mar, que atravessou a aldeia, dividindo a duna sobre a qual a aldeia está situada em duas partes. As inundações deixaram cerca de 290 pessoas desalojadas. A edilidade local registou mais 173 casas parcialmente destruídas. As autoridades locais e os residentes mais velhos, que tinham residido na área durante mais de 70 anos, não tinham registos nem memória da ocorrência de tais inundações em Nagonha (Amnistia Internacional, 2018).

Pesquisa no terreno, que incluíram testemunhos locais, peritos ambientais independentes, consultados pela Amnistia Internacional, bem como a análise e comparações de imagens de satélite, confirmaram que a tragédia tinha resultado das operações mineiras da Haiyu que aumentaram significativamente o risco de inundações devido a uma transformação topográfica visivelmente crescente em Nagonha.

A comparação e análise das imagens de satélite da área, obtidas em Dezembro de 2010, com as de Outubro de 2014, mostram a acumulação de areia na área de Nagonha e a alteração gradual no fluxo natural da água à medida que as operações de mineração prosseguiam. A 14 de Outubro de 2014, aproximadamente 280.000 metros quadrados de zonas húmidas, a norte da aldeia, tinham sido substituídas por depósitos de areia relacionados com a exploração mineira. De acordo com a Amnistia, as imagens de satélite de Outubro de 2014 mostram claramente como o canal que liga a lagoa de Nagonha, a oeste da aldeia, e a lagoa de Nanthekethe, a norte da aldeia, estava coberto de areia, bloqueando assim o fluxo da água (idem).

Compromisso com ambiente é só jargão – pesquisador

Alberto Benedito Tovele é autor de um dos primeiros, senão o primeiro, estudos sobre as operações da Haiyu Mining no distrito de Moma, especificamente na localidade Coropa, intitulado **Exploração mineira e o (sub)desenvolvimento (in) sustentável: lições a partir da exploração de areias pesadas em Moma**.

Embora questões ambientais não tenham sido o foco da sua pesquisa, o autor referia-se, antes mesmo do início das operações, a potenciais saldos ambientais negativos, ou seja, um conjunto de acções negativas sobre o meio ambiente e os seus impactos (Tovele, 2022). Durante a produção deste trabalho, o CIP entrevistou o pesquisador que sublinhou que quando esteve no terreno ainda não havia grandes efeitos. Mas, mesmo assim, viu árvores que estavam à volta de dunas e diversa vegetação, destruídas. Também viu o desvio de alguns cursos de água, provavelmente antes da sua destruição. Mas, já nessa altura, estava preocupado porquanto a mineração de areias é, segundo ele, uma das mais perigosas actividades, dado o que chama de “efeito ambiental nefasto”.

“Em 20 a 30 anos, vamos ter efeitos nefastos” - afirma - “A mineração de areia chega a ser terrível, pior até que a exploração de carvão” - acrescenta, exemplificando com Angoche, o distrito com operações da Haiyu, onde, de acordo com o nosso entrevistado, “houve alteração da paisagem e estagnação de águas”.

Alberto Tovele não tem dúvidas de que o compromisso com questões de sustentabilidade não passa de discurso político. “Como se diz, estamos comprometidos com questões de sustentabilidade, mas as escolhas, em termos de práticas, são escolhas que colocam em causa todos os compromissos que assumimos, até a nível internacional”, observa. Para ele, há mais interesses económicos que compromisso, por exemplo, com questões ambientais. “As escolhas, em termos de compromissos, parecem indicar que temos prioridades económicas”, acrescenta.

Mas é tudo uma questão de escolhas e de opções de desenvolvimento, esclarece. “Não estou a querer dizer que não se desenvolvam actividades. É uma questão de que tipo de projectos de investimentos nós estamos a implementar e até que ponto os nossos compromissos com esta questão de desenvolvimento sustentável se efectiva ou não passa isso de um jargão para mostrar que o país está comprometido com a sustentabilidade ambiental, mas, na prática, fazemos pouco”, diz.

“É delicado” – administradora da APAIPS

Ricardina Matusse é a directora da Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas (APAIPS), uma extensa área protegida, que se estende do distrito de Pebane, na província da Zambézia até Nampula, província na qual, além de Moma, a APAIPS abrange os distritos de Larde e Angoche. A área compreende 10 ilhas, cinco das quais situadas em Pebane e as restantes cinco distribuídas entre Moma, Larde e Angoche. A falta de recursos, quer humanos, quer materiais para o cumprimento da sua missão é a parte tragicómica da história.

O quadro de pessoal da APAIPS é composto por apenas três pessoas, incluindo a própria directora. Além da dirigente, a instituição tem apenas um administrador e um motorista. A reflectir a importância que lhe é dada pelo Governo, desde 2012, portanto há mais de 10 anos, a instituição não tem sequer escritórios. Subordinada à Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), um dos mais importantes braços do Ministério da Terra e Ambiente (MTA), a APAIPS está a funcionar em espaço emprestado pelo Fundo Mundial para a Natureza, abreviadamente conhecido como WWF, no seu escritório de Angoche.

Nestas condições, zelar pela protecção ambiental de uma extensa área, que cobre 10 ilhas, é praticamente uma missão impossível, que não pode ir além “da boa vontade” de um Governo que cria uma instituição sem dotá-la de meios básicos para perseguir com a sua finalidade. E a directora Ricardina está ciente disso. A dirigente começa a entrevista dizendo que a questão da protecção ambiental, nesta área, é “assunto delicado” porque algumas empresas já vinham operando antes da declaração da região como Área de Protecção Ambiental (APA).

Contudo, o CIP sabe que este não é o caso da Haiyu, uma vez que a APA das Ilhas Primeiras e Segundas foi declarada em 2012, enquanto as actividades da Haiyu, em Moma, só iniciaram em 2021. Aliás, mesmo as empresas que iniciaram as operações antes da declaração da APA têm a obrigação de se conformar às novas medidas de protecção ambiental.

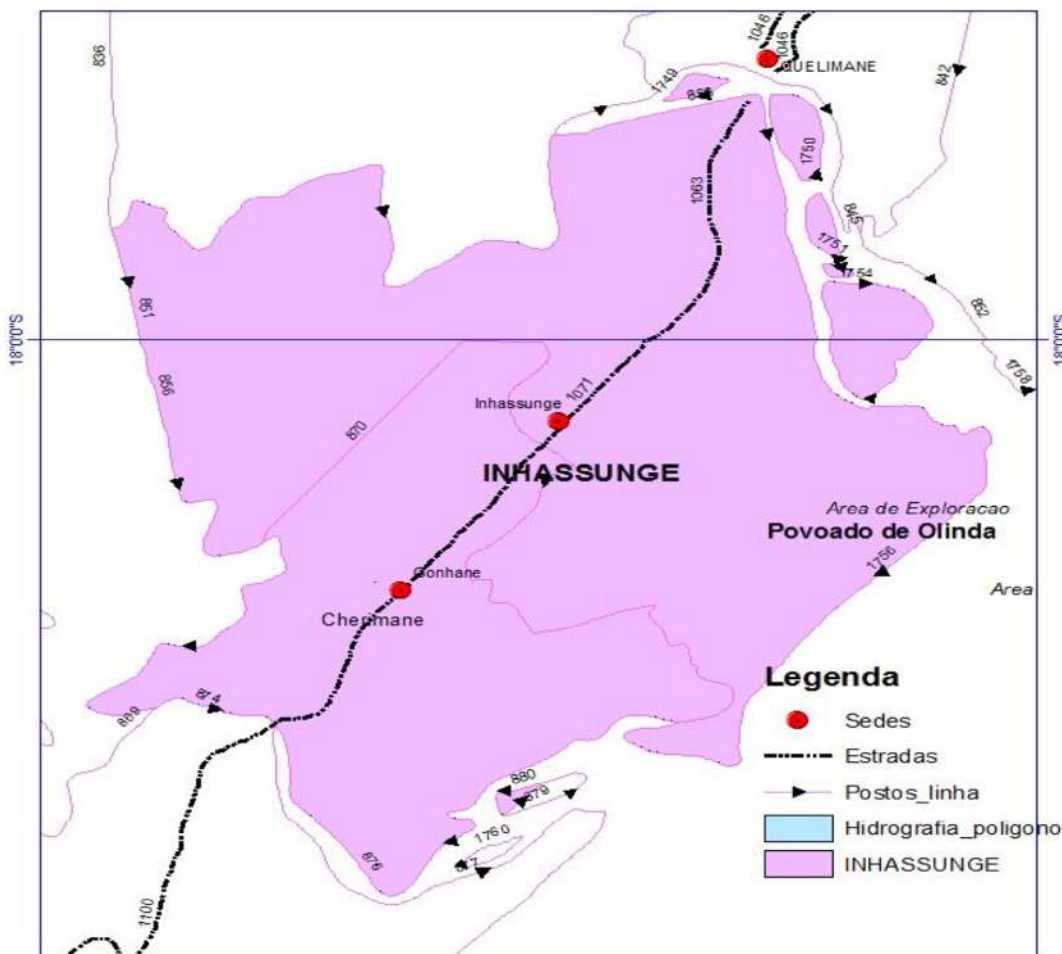
Ricardina Matusse explica que com a declaração da área como APA, algumas actividades podem ser desenvolvidas, diferentemente de uma área de conservação como reserva. Mesmo assim, ela admite haver restrições, sendo a destruição

de dunas uma delas. “As dunas precisam de protecção”, diz.

Sem capacidade de se fazer valer, de modo a parar as agressões que se assistem ao ambiente dentro da área sob sua jurisdição, a APA das Ilhas Primeiras e Segundas limita-se à sensibilização, dependendo de boa-fé do sensibilizado, o que, em regra geral, não é funcional para as empresas, cuja preocupação é o lucro.

“Nós sensibilizamos”, diz a engenheira Ricardina, como é habitualmente tratada no sector. Aliás, é a própria gestora que reconhece que a colaboração das empresas não é a mais desejada. “Não é a 100%. Quando estamos com eles, é sim, sim. Mas não é tudo”, reconhece.

2.2. O caso de Inhassunge



Fonte: Relatório do EIA ao Projecto de Exploração e Processamento de Areias Pesadas de Inhassunge, Nicoadala e CAhinde.

Tal como Moma, em Nampula, Inhassunge é um distrito costeiro da província da Zambézia. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2023), Inhassunge possui cerca de 102.357 habitantes e ocupa uma área estimada em 745 km². Em 2018, uma pequena ilha de Inhassunge subiu nos destaques dos noticiários nacionais e internacionais. Trata-se de Olinda, uma pacata povoação, mas rica em areias pesadas, que saiu do anonimato por más notícias: graves violações de direitos humanos, protagonizadas por agentes das Forças de Defesa e Segurança (FDS), mobilizadas pelo Governo, para debelar a resistência popular contra a expropriação das suas terras sem indemnizações, no início de mais um projecto chinês, em Moçambique.

É, pois, aqui onde, desde 2019, a Africa Great Wall Mining Development Company Lda., está a explorar areias pesadas. A

localização geográfica de Olinda, numa zona pantanosa, junto ao oceano Índico, torna-a, desde logo, uma zona sensível⁸ e vulnerável aos efeitos extremos da natureza. Mas a mineração chinesa, feita com todo o tipo de agressões à natureza, agrava a situação de Olinda.

Já numa pesquisa feita em 2022, no terreno, não com foco nas questões ambientais, mas para averiguar as más práticas de gestão dos recursos extractivos, na Zambézia, e as implicações para as comunidades hospedeiras dos projectos, o Centro de Integridade Pública denunciava uma visível degradação ambiental, que colocava em risco o ecossistema, por conta da exploração das areias pesadas pela mineradora Africa Great Wall Mining Company Lda. (Mate, 2022).

Em 2023, o CIP regressou ao terreno com um propósito específico: investigar a questão ambiental. E o que constatou é uma verdadeira agressão ao ambiente: a destruição de uma vegetação já por si sensível para dar lugar à mineração; as escavações para dar lugar à extração da areia; a pressão exercida sobre o solo, com a movimentação de máquinas pesadas; a libertação de fumo; as poeiras causadas a partir dos elevados montões de areias ali armazenadas a céu aberto; e o ruído causado pelas máquinas envolvidas no processamento de areias.

Contrariamente ao Plano de Gestão Ambiental, que previa medidas de mitigação à medida que a actividade de abertura de mineração fosse progredindo, em Olinda, não há reposição gradual da vegetação, conforme estabelecido no PGA. Nas próprias áreas de mineração, cercadas por alguns braços do oceano Índico, a Africa Great Wall Mining Development Company Lda., abriu canais de escoamento de águas negras para o mar. Um dos principais estaleiros da empresa, situado mesmo à entrada de Olinda, foi erguido sob uma área de mangal. Além da destruição do mangal, a empresa abriu um canal que escoava águas negras da fábrica até a um dos braços do oceano Índico.

O atentado que as águas negras representam à vida aquática é visível a olho nu. Elas desafiam todas as teorias da ciência. A sua cor esverdeada, por exemplo, desafia uma das propriedades da água, ser incolor. O seu cheiro menos agradável também desafia a clássica definição de que a água é um líquido inodoro. É essa água que é arrastada para o Oceano, principalmente quando a maré está alta.

Uma das consequências das explorações da empresa, que já se fazem sentir no dia-a-dia dos ilhéus, é que, tanto os furos que vinham usando, como os que lhes foram abertos pela Africa Great Wall, praticamente já não fornecem água, um precioso líquido que escasseia em Olinda.

Ao que relata a população, a Africa Great Wall exerce uma forte pressão sobre o lençol freático, uma vez que, no processo de processamento da areia bruta para a pesada, necessita de água e, como tem motobombas, facilmente consegue puxar água para as suas pequenas unidades fabris, deixando a população sem aquele que é um recurso indispensável para a sobrevivência humana. Tal como referiu o CIP, em 2022, neste sentido, a população, ou bebe a água salubre, ou recorre a poços que se encontram distantes da zona de reassentamento (Mate, 2022).

E, por falar de reassentamento, o bairro construído pela Africa Great Wall para albergar as comunidades que foram obrigadas a ceder as suas terras ao projecto também foi erguido sob uma área de mangal, mais uma atrocidade contra o ambiente cometida com patrocínio da empresa chinesa e com beneplácito do Governo moçambicano. Os locais explicam que foi necessário fazerem-se aterros, com recurso a areia, tal como ocorre nos bairros de luxo da costa da cidade de Maputo, Mapulene e Chiango, onde o Homem já está a pagar pelos seus ataques contra o ambiente, particularmente na época chuvosa.

Tal como nos luxuosos bairros da capital moçambicana, em Olinda, as fossas sépticas das casas de banho já se encontram cheias devido à localização das casas numa zona com o lençol freático muito elevado, o que faz com que algumas famílias tenham de recorrer ao mato (mangais) ou mesmo às casas de banho dos outros vizinhos para satisfazer as suas necessidades biológicas (Mate, 2022).

Em várias partes de Olinda há elevados montões de areia armazenada que, de acordo com os residentes, são sempre uma

⁸ Os principais impactos identificados no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) ao projecto da Africa Great Wall Mining incidem sobre o meio biofísico: perda de habitats sensíveis e risco de contaminação de recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) associado à ocorrência de Drenagem Ácida de Minas (DAM). “A perturbação das margens ao longo da costa será inevitável, podendo causar impactos que comprometem os processos biofísicos associados a hidrologia superficial e subterrânea da zona. A vegetação costeira foi classificada como ecologicamente sensível, merecendo ser protegida de modo a evitar processos de sedimentação, erosão ou contaminação. Deste modo, a abertura das minas na área causará impactos negativos, de extensão regional devido a sua localização, e com uma duração maior do que a do projecto (longa duração). Esta actividade poderá interromper, de forma permanente, o funcionamento dos processos naturais associados a biodiversidade marinha e costeira”, referia o EIA, que considerava que o risco de perturbação de habitats sensíveis iria ocorrer, independentemente das medidas preventivas adoptadas. Os riscos identificados incluíam, também, a poluição do solo e/ou águas por resíduos sólidos perigosos, contaminação dos solos e das águas com a drenagem das águas das minas, além de poluição sonora causada pelo ruído produzido durante as obras. Contudo, apesar destes e outros riscos identificados, o Relatório do EIA concluiu não haver “questões fatais que inviabilizassem a continuação da implantação do projecto na área proposta”.

dor de cabeça, sobretudo nos dias de ventania. “As areias chegam até aqui em casa”, conta um dos residentes. Aliás, a partilhar o mesmo espaço físico com a empresa, a população de Olinda, que, teoricamente, foi “reassentada”, está exposta a todos os efeitos negativos de estar a conviver com a exploração mineira, cujos custos, no futuro, podem ser muito mais altos, em termos de saúde e qualidade de vida, o que, segundo Mate (2022), é mais um exemplo claro da incapacidade do Governo em proteger os moçambicanos.

Em Olinda, há também poluição sonora, sem quaisquer medidas de mitigação, conforme recomendava o Plano de Gestão Ambiental resultando do EIA. Um dos exemplos mais flagrantes é da Escola Primária Mwalani, que está à volta de unidades de processamento da areia. Aqui, professores e estudantes lutam para dedicar atenção às aulas, tentando resistir ao ruído das máquinas que não param de funcionar.

Com a sua casa próxima a um dos estaleiros dos chineses, Mendes Suade, por exemplo, não podia deixar de se queixar de poluição sonora e de areias. “A gente aqui não dorme por causa de barulho. Mas também quando a areia começa a voar daquelas montanhas, não há maneira”, diz.

Olinda também não está longe da linha costeira. Aliás, é uma Ilha cercada pelo oceano Índico. Um funcionário público natural de Olinda, que não quis ser identificado, fez saber que a questão de potenciais riscos ambientais ao mar foi sempre levantada, mas, ao que afirmou, “sempre houve interferências superiores” para se fazer vista grossa à situação. “Se chegou ao ponto de exploração, é que todas as equipas dos Recursos Minerais e do Ambiente, autorizaram. Não há como”, lamentou.

Das escavações onde os chineses extraem areias nasceram lagoas que passaram a ser reservatórios de água, incluindo a que é drenada depois de ter sido usada no tratamento das areias pesadas. Mas, uma vez que a área de mineração da Africa Great Wall também não está vedada, as lagoas artificiais, situadas ao longo dos caminhos usados pela comunidade para chegar a vários destinos, como machambas e pesca, tornaram-se num problema que pode colocar em risco à saúde pública - pela cor das águas e da areia preta que se forma à sua volta, nota-se a necessidade de um estudo ambiental para aferir os possíveis danos que poderão estar a ser causados.

Na sua inocência, algumas crianças mergulham nessas águas paradas, incluindo as que foram usadas no processamento da areia, com todos os riscos que podem daí advir. Mas não só. Com poucas opções para a prática da agricultura, uma vez que as suas terras foram arrancadas pelos “senhores do capital”, alguns residentes de Olinda viraram as atenções à pesca. Com efeito, nessas lagoas, pratica-se, também, a actividade pesqueira, mesmo com suspeitas de contaminação das águas pela actividade mineira.

Contudo, o EIA, que já previa que a actividade mineira poderia gerar efluentes contaminados, indicava que deveria ser instalado um sistema de drenagem de águas superficiais que combatesse a disseminação das águas contaminadas e impedisse a entrada da água nos locais de extracção dos minérios. Assim sendo, todos os efluentes líquidos contaminados deveriam ser tratados antes da sua descarga no meio receptor. De acordo com o EIA, sempre que ocorresse acumulação de água, esta deveria ser bombeada para o sistema de drenagem de “águas de drenagem da mina”, composto por bermas e drenos.

“Estas águas deverão ser conduzidas por um sistema de drenagem próprio (que agregará também as águas de drenagem do aterro de solo/material de cobertura) até uma bacia de controlo da poluição. As águas deverão ser analisadas regularmente, de modo que se possa escolher o tratamento (neutralização e precipitação de metais tóxicos/pesados) mais eficaz. Estas águas só poderão ser libertadas para o meio hídrico, caso cumpram com os parâmetros de qualidade estipulados para os efluentes líquidos provenientes da indústria mineira”, referia o EIA. Mas nada disso foi observado em Olinda.

Meios de subsistência: mais do mesmo

Tal como em Coropa, Míria e Inchaque, em Olinda as explorações também implicaram a perda de meios de subsistência. Aliás, este é um denominador comum em vários projectos de exploração mineira em Moçambique. Maria Rita só não sabe que idade tem. Mas sabe o quanto custa essa actuação que lhe deitou abaixo as suas fontes de subsistência. Ela que nasceu e vive em Mwalani. Tem cinco filhos. Relata sofrimento, situação que, segundo ela, agravou-se com a chegada da Africa Great Wall.

De acordo com a fonte, parte das áreas usadas para atender às explorações mineiras, em Olinda, serviam de locais para a prática da agricultura, como também de fonte de exploração de recursos faunísticos para a sobrevivência, caso de lenha para confecção de alimentos e estacas para a construção de casas.

De acordo com o relatório do EIA, além de a zona de Olinda ser caracterizada por actividade pesqueira, a população também praticava actividade agro-pecuária de subsistência, com destaque a culturas como arroz, batata-doce, fruteiras, milho, sorgo, amendoim, feijão njugo (feijão joco, voandzea sellowiana). A actividade agrícola era desenvolvida, igualmente, nas dunas.

“Projecto de Exploração e Processamento de Areias Pesadas de Inhassunge , Nicoadala e Chinde”

Relatório do Estudo do Impacto Ambiental - EIA



Fig. 7 Imagem ilustrando a vegetação abundante

Fonte: Relatório do EIA ao Projecto de Exploração e Processamento de Areias Pesadas de Inhassunge, Nicoadala e CAhinde.

E, por ser uma zona baixa, era, também, ali onde os ilhéus tiravam água para a vida. Mas tudo mudou com a chegada dos chineses. Rita confirma que até houve tentativa de abertura de furos, mas não resistem à demanda, ficando quase sempre sem água. Como se não bastasse, acrescenta, a pouca água que, às vezes, sai não tem a mesma qualidade que antes da chegada dos chineses, situação que associa à intensa actividade mineira ali desenvolvida.

“Sítio para cultivar, perdemos. Até para tirar água”, lamenta. Quando Maria Rita se queixa de fome, lembra-se de que antes da chegada dos chineses ali produziam arroz, feijão e batata-doce. Lamenta que, actualmente, a comunidade tenha de percorrer longas distâncias para encontrar novas terras para a prática da agricultura e locais para extrair fonte lenhosa e material para construção de casas. Explica que há casos em que a lenha e as estacas para construção só são conseguidas na outra margem de um dos braços do oceano Índico, implicando pagamento de canoas para o seu transporte.

Vovó Isabel Raul também não sabe quantos anos tem, mas nasceu e vive em Olinda. A idosa conta que com a chegada da Africa Great Wall a vida piorou em Olinda. E dá como exemplo o que era a fonte de sustento da sua família. “Nem machamba tenho”, diz, com o dedo indicador a apontar o que era o seu campo agrícola, agora tomado.



Fig. 12: Imagens ilustrando o tipo de culturas predominantes

Fonte: Relatório do EIA ao Projecto de Exploração e Processamento de Areias Pesadas de Inhassunge, Nicoadala e Cahinde.

Mendes Suade, que também não sabe da idade, nasceu e vive em Olinda. Começa a queixar-se da crise de água, alegadamente provocada pela Africa Great Wall. Explica que eles, os operadores chineses, usam motobombas para extrair água nos seus poços, mas nos das comunidades, em grande parte do tempo não existe o precioso líquido, sem o qual não há vida.

Suade, que também se queixa de fome uma vez que as suas machambas foram invadidas pela empresa, diz que a Africa Great Wall não traz benefícios às comunidades. Pelo contrário, são prejuízos atrás de prejuízos, pelo que tem sentença na ponta da língua. “É melhor irem embora. Estamos a viver de qualquer maneira. Nos levaram nossas terras. Nos levaram nossas machambas e hoje estamos a viver de qualquer maneira” - remata.

Africa Great Wall – quando atrocidades têm protecção governamental

A Africa Great Wall Mining Development Company Lda., define-se, no seu site⁹, como uma subsidiária da Jinan Yuxiao Group Co.,Ltd, um grupo chinês fundado em 1995. Mas, de acordo com Mate (2022), a empresa é constituída, legalmente, pelo cidadão chinês Yao Guoping, com 1% do capital social, e pela sociedade por quotas Hong Kong Changcheng Mining Development Company, LTD, com 99% do capital social. O seu registo está em Hong Kong, cidade considerada paraíso fiscal.

A empresa, que opera no sector mineiro na província da Zambézia desde 2006, explora e exporta areias pesadas do litoral principalmente para o mercado chinês. A 29 de Junho de 2012, a Africa Great Wall Mining Development Company, Limitada adquiriu a licença de prospecção e pesquisa de titânio e zircão para uma área de cerca de 23.100 hectares abarcando os distritos de Inhassunge, Nicoadala e Chinde (RMS Consultores, Lda, 2014).

Em 2014, o Governo moçambicano atribuiu, à empresa, o DUAT para exploração de areias pesadas, numa área de 16.463,43 hectares, abrangendo um total de três distritos, incluindo Inhassunge (onde se situa Olinda). Os outros distritos abrangidos são Nicoadala e Chinde. Inhassunge teve a maior área da concessão, 12.002,28 (Resolução n° 66/2014 e Senda, 2023).

A Africa Great Wall Mining Development Company Lda., é tida como um exemplo de como as alianças políticas protegem o grande capital, em detrimento das comunidades locais. O caso de atrocidades contra a população de Olinda, em 2018, é

⁹ <http://africagreatwallmining.com/>

dos mais paradigmáticos. Quando os ilhéus se opuseram à expropriação das suas terras pelos chineses, não foi a empresa em si que fez a guerra contra a população. Pelo contrário, fê-la por intermédio de um Estado por si capturado.

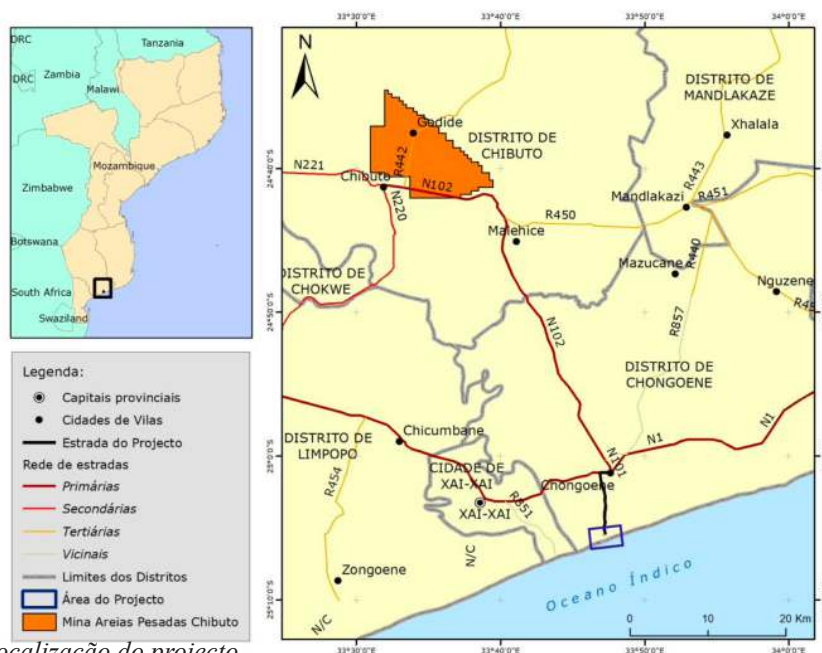
Foi, pois, o Governo moçambicano que mobilizou agentes das Forças de Defesa e Segurança (FDS) para irem combater a população e obrigá-la a ceder as suas próprias terras para os “parceiros” chineses. Com a comunidade da pequena Ilha a recusar o que denominava por “colonização chinesa” (Ossumane, 2018), o Governo chegou a destacar forças de elite, no caso agentes da Unidade de Intervenção Rápida (UIR), uma força antimotim da Polícia da República de Moçambique (PRM) que, além de torturas, foi ao extremo de abrir fogo contra a população indefesa, matando e ferindo pessoas (Mweia, 2018). A população apenas exigia os seus direitos, num caso de grave violação de direitos humanos, com patrocínio do Governo provincial da Zambézia, liderado pelo então governador Abdul Razak.

Na altura, um contingente da UIR chegou a acampar em Olinda para reprimir qualquer tentativa popular de resistência aos empreendimentos chineses. Assim, perto de 200 famílias da ilha de Olinda, que residiam na área concessionada à mineradora África Great Wall Mining Company, acabaram por ser “reassentadas” junto à área de exploração mineira, para dar lugar à exploração de areias pesadas, num investimento orçado em mais de USD 163 milhões (Mate, 2022).

2.3 O caso de Chongoene

Situado na província de Gaza, sul de Moçambique, Chongoene é um distrito relativamente novo, criado na divisão administrativa em 2014. Antes, Chongoene pertencia ao distrito de Xai-Xai. De acordo com o INE (2023), o distrito conta com uma população estimada em 124. 687 habitantes e ocupa uma área de 1.575 km².

Em Abril de 2021, Chongoene tornou-se notícia de destaque nos *media* nacionais e internacionais, na sequência da destruição de dunas de protecção costeira pela Dingsheng Minerals, uma empresa também de capitais chineses que, desde 2018 explora areias pesadas no vizinho distrito de Chibuto, na mesma província de Gaza – são cerca de 65 km, da Praia de Chongoene para as minas de Chibuto, situadas a cerca de 5 km a norte da vila sede distrital. À luz do dia, e sob olhar impávido das autoridades, os chineses da Dingsheng Minerals destruíram dunas, abrindo um caminho, num espaço de cerca de 9 km. Aproveitaram um traçado já existente e, junto da população, usaram um falso argumento de estarem a ampliar um caminho que já vinha sendo usado para facilitar o movimento das pessoas para terem acesso à praia. Mas era mais do que isso. Na verdade, a empresa estava a fazer o mesmo que a Haiyu Mining fez em Moma: instalar uma doca e infra-estruturas logísticas, comportando uma estrada, armazéns, dormitórios e escritórios¹⁰ (avaliados em UDS 12 milhões) para a exportação de areias pesadas.



Localização do projecto

Fonte: Relatório do EIA do Projecto de Construção de Infra-estruturas logísticas na Localidade de Chongoene, Província de Gaza

¹⁰ A avaliação ambiental identificou como sendo descritores que poderão ser potencialmente afectados pelo projecto, a paisagem; a qualidade do ar; o ambiente sonoro; os solos e capacidade de seu uso; a hidrologia (incluindo o ambiente marinho), a ecologia (fauna e vegetação terrestre e marinha), incluindo a deturpação das comunidades faunísticas e biótopos locais, sobretudo, ao nível costeiro e marinho; e a socioeconomia. No entanto, o EIA refere que a construção de uma doca e a reconstrução de uma estrada existente entre a N1 e a Praia de Chongoene mostra-se adequada porque apresenta baixo impacto ambiental em quase toda sua extensão.

O objectivo era, pois, abrir acesso para o escoamento de areias pesadas até um ponto a partir do qual iriam construir uma doca, onde atracariam navios para o carregamento e depois a exportação, tendo a China como o principal mercado (Enviestudos, 2022). Na altura, a situação foi apresentada como um caso paradigmático de graves atentados ao ambiente.

A Coligação Cívica sobre a Indústria Extractiva (CCIE, 2021), composta por diversas organizações da sociedade civil (CTV, Sekelekani, CIP, Kuwuka, Conselho Cristão de Moçambique), que se deslocou ao local, chegou a classificar o caso como sendo “uma acção criminosa sem precedentes”.

Mas, no quadro desta investigação pode-se afirmar que, embora preocupante, o caso de Chongoene é dos menos problemáticos, se comparado com casos mais graves que há no país, como os verificados em Moma e Inhassunge. A localização de Chongoene, próximo da cidade de Xai-Xai, a capital provincial de Gaza, cerca de 20 km, e a pouco mais de 200 km da cidade de Maputo, a capital do país, dois grandes centros urbanos com grande fluxo de informação e onde estão concentradas as principais organizações da sociedade civil e os principais meios de comunicação social, pode ter contribuído para que o caso ganhasse maior notoriedade e rapidamente merecesse atenção do país e do mundo.

Mas, nas zonas mais remotas do país, com fraca circulação de informação e sem os olheiros da sociedade civil e dos *media*, onde o exercício da cidadania é ainda mais baixo, os atentados contra a natureza são ainda mais graves. Entretanto isso não significa que os chineses da Dingsheng não tenham cometido desmandos ambientais, em Chongoene. No terreno, o CIP constatou, pois, que a empresa devastou cerca de 1 km e 300 metros, na sua maioria composta por dunas, abrindo acesso para a praia.

O que antes era um simples acesso de peões, na sua maioria pescadores que conviviam com as dunas, deu lugar a uma via para acesso a camiões de grande tonelagem. Além das dunas, os chineses arrasaram vegetação nativa crucial para a biodiversidade¹¹.

Em Abril de 2021, o então administrador do distrito de Chongoene, Carlos Buchili, confirmou, a uma equipa da Coligação Cívica sobre a Indústria Extractiva, que a destruição das dunas visava permitir a construção de uma doca e de armazéns na praia de Chongoene, para o escoamento e armazenamento dos minerais a serem extraídos em Chibuto. Esta acção implicava a construção de uma estrada de cerca de nove quilómetros a partir do cruzamento de Chibuto até ao mar, infra-estrutura que, no seu conjunto, deveria ocupar uma área de 40 hectares (Sekelekani, 2021).

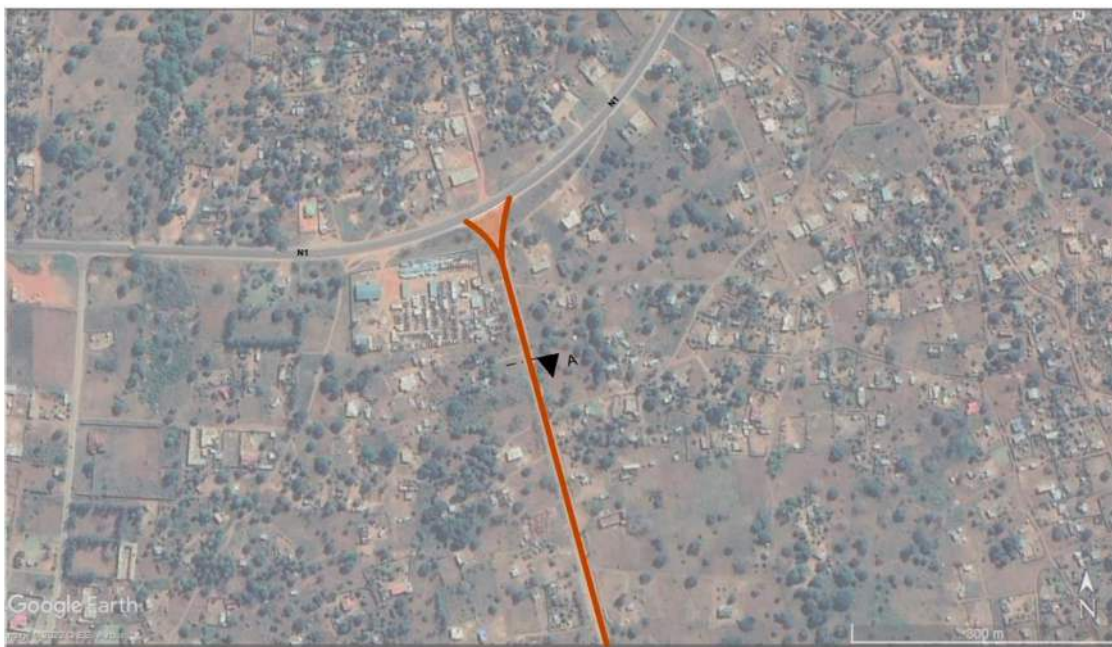



Fig. 4: ilustração da estrada do projecto e sua configuração final no entroncamento com estrada N1

Fonte: Relatório do EIA do Projecto de Construção de Infra-estruturas logísticas na Localidade de Chongoene, Província de Gaza

¹¹ Tal como em outras regiões, a empresa também devastou recursos como estacas e lenha e outra matéria-prima usada pelas comunidades para o fabrico de utensílios como cestos, chapéus e pastas.

Na altura, o administrador Buchili também fez saber que a empresa chinesa ter-se-ia precipitado a implementar o projecto sem esperar pela obtenção da devida licença ambiental solicitada ao Governo (idem). Quer isto dizer que a empresa destruiu dunas sem qualquer estudo de natureza ambiental. Com as dunas destruídas e a pressão na opinião pública, a Direcção Provincial de Planeamento e Infra-estruturas de Gaza não teve outra opção senão embargar as obras.


REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PROVÍNCIA DE GAZA
Conselho dos Serviços de Representação do Estado
SERVIÇO PROVINCIAL DE INFRA-ESTRUTURAS

À:
DINGSHENG MINERALS
CHIBUTO

N/Ref. N.º 257 / SPI-GZ/DHAS/390 Data: 09 /04/2021

V/Ref. / de, / /

ASSUNTO: INTERRUPÇÃO DE OBRAS – NOTIFICAÇÃO

Exmo. Senhores,

1. O Serviço Provincial de Infra-estruturas de Gaza (SPI-Gaza) é a entidade que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidas pelo Governo, dirige e assegura a execução das actividades do sector a nível provincial comportando as áreas de habitação, água e saneamento, recursos hídricos, estradas e pontes, energia, recursos minerais e hidrocarbonetos e transportes e comunicações.
2. Nos termos previstos no n.º 1 do art.º 15 do Decreto n.º 63/2020, de 7 de Agosto, que regulamenta a Lei n.º 7/2019, de 31 de Maio, que estabelece o quadro legal da Organização e do Funcionamento dos Órgãos de Representação do Estado na Província e do n.º 1 do art.º 3 do Diploma Ministerial n.º 14/2021, de 29 de Janeiro, que aprova o Estatuto Orgânico do Serviço Provincial de Infra-estruturas cabe a este, no âmbito da Habitação, Água e Saneamento a função de *monitorar a implementação das políticas e programas nacionais do sector na província.*
3. Este serviço tomou conhecimento e constatou no terreno que V.Excias. estão a executar obras de melhoramento da via de acesso que liga a N1 à Praia de Chongoene, no Distrito do mesmo nome caracterizadas pela ampliação e terraplanagem desta via de acesso, sem que pa...

Edifício do Conselho dos Serviços de Representação do Estado ♦ 2.º Piso ♦ Estrada da Praia de X...
Telefax.: +258 282 22 067 ♦ Telefone +258 282 22 439 ♦ C...

Feito com o Digitalizador para Mim
Página 1 de 3

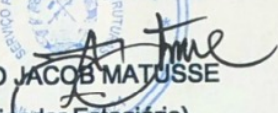
Chongoene, no Distrito do mesmo nome caracterizadas pela ampliação e terraplanagem desta via de acesso, sem que para o efeito, a empresa tenha solicitado permissão e sido autorizada para a realização dessas obras o que viola de forma flagrante a legislação vigente considerando tratar-se de uma infra-estrutura de domínio público.

4. Outrossim, o SPI-Gaza tomou conhecimento e constatou no terreno que a Empresa DingSheng está a desbravar uma área na qual, de acordo com informações colhidas pretende construir uma armazenagem para o aprovisionamento do mineral extraído no projecto das Areias Pesadas de Chibuto para posterior carregamento através de uma doca que V.Excias pretendem construir na Praia de Chongoene, sem contudo serem detentores do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra nem tão pouco sido aprovados e autorizados os projectos das infra-estruturas a edificar.
5. Com efeito, o SPI-Gaza gostaria de lembrar a V.Excias. que na República de Moçambique, a construção, desenvolvimento e implementação de projecto de construção e ou ampliação/ melhoramento de uma via de acesso (estrada), edificação de uma obra civil bem como a construção de uma doca são empreendimentos que carecem designadamente de:
 - a. *DUAT – documento que autoriza o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra;*
 - b. *Licença de construção;*
 - c. *Realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – pois trata-se de projecto de Categoria A, nos termos do Decreto n.º 45/2004, de 29 de Setembro – Regulamento do Processo de Avaliação do Impacto Ambiental; e*
 - d. *Aprovação dos projectos e autorizações da implementação das infra-estruturas pelas entidades competentes (em função de cada objecto a edificar no conjunto das infra-estruturas).*
6. Constatado que V.Excias, não apresentaram a este serviço provincial qualquer pedido de autorização para a materialização/ execução de obras conforme acima descrito, serve a presente para **NOTIFICAR** a empresa no sentido de interromper imediata e incondicionalmente todas as intervenções em curso no

local do desenvolvimento do projecto conducente à construção de infraestrutura de logística para a exportação das areias pesadas de Chibuto a partir da doca a construir na Praia de Chongoene, até regularização de todo o processo nos termos legalmente estabelecidos.

Cumpra-se conforme notificado.

O DIRECTOR DO SERVIÇO PROVINCIAL


ALBERTO JACOB MATUSSE
(Investigador Estagiário)

C/C.:

- SUA EXCELÊNCIA SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO NA PROVÍNCIA;
- EXMO- SENHOR ADMINISTRADOR DO DISTRITO DE CHONGOENE;
- EXMO SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA MOÇAMBICANA DE EXPLORAÇÃO MINEIRA (EMEM)

Feito com o Digitalizador para Mim

Por sua vez, a Procuradoria Distrital de Chongoene abriu um processo-crime, com o número 100/2021, contra dois gestores seniores da Dinesheng pela abertura de uma via de acesso e destruição de dunas primárias e outros ecossistemas na praia de Chongoene, sem as competentes autorizações: licença ambiental e, muito menos, o DUAT (Tchambule, 2021).

Em Agosto de 2021, o jornal Evidências noticiava que depois de ter visto as suas obras suspensas, a empresa chinesa contratou uma consultoria da Enviestudos, que fez um estudo de pré-viabilidade ambiental num espaço de um mês, estando, na altura, a levar a cabo consultas públicas, com indícios claros de manipulação (Tchambule, 2021). O EIA, a que o CIP teve acesso, data de Abril de 2022. No entanto, a consultora diz que o processo de produção EIA decorreu entre os meses de Abril de 2021 e Abril de 2022.

Entretanto, até Fevereiro de 2023, não havia responsabilização dos infractores. As obras continuavam paralisadas, mas sem garantias de nunca retomarem. Aliás, em Abril de 2023, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução que autoriza o ajuste directo a uma sociedade entre a firma chinesa Desheng Port e os Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) para construir e explorar, em regime de concessão, um terminal portuário a localizar no distrito de Chongoene, província de Gaza (Baloï, 2023).

Já em Agosto, também de 2023, na altura do fecho deste trabalho, a Rádio Moçambique (RM) noticiava que as obras já estavam em curso, com a primeira fase da construção de uma doca com capacidade para 20 mil toneladas prevista a terminar em Dezembro do mesmo ano. Com um investimento de USD 300 milhões, a segunda fase deverá começar em 2024, devendo aumentar a capacidade de atracagem de 20 para 40 mil toneladas.

Num artigo publicado em Abril de 2021, o advogado João Nhampossa defendia que a investigação sobre a destruição de dunas primárias na Praia de Chongoene devia ir até às últimas consequências. Indicou ser competência do Estado, através de seus diversos órgãos: o Ministério da Terra e Ambiente, que tem uma Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental (AQUA) e a Procuradoria-Geral da República, defenderem as comunidades e o meio ambiente.

Dingsheng – um mau começo

A Dingsheng Minerals, a empresa que destruiu dunas em Chongoene, também é de capitais chineses. De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental do projecto de construção das chamadas infra-estruturas logísticas para expedição do concentrado mineral extraído no depósito de Chibuto, a Dingsheng Minerais, SA foi estabelecida, no país, em 2016 e tem a sua sede no bairro Mudumela, distrito de Chibuto, província de Gaza, sendo representada pelo sr. Chiang Jlang ZhaoYao, de nacionalidade chinesa. O representante do projecto é o sr. Li Daowen, também de nacionalidade chinesa.

É propriedade da Anhui Foreign Economic Construction (AFECC), um dos maiores grupos empresariais chineses, com multi-operações de grande escala. Foi fundado em 1992 e opera nos sectores de construção e mineração (Gil, 2021, Devex, s.d. e Craft, s.d.).

Entretanto, o grupo tem um alargado portfólio de operações, incluindo na rede de hotelaria. É detentor do Hotel Glória, um dos maiores estabelecimentos hoteleiros em Maputo.

De acordo com o Centro de Jornalismo Investigativo (CJIMAZ, 2020), o investimento de Anhui no projecto de areias pesadas de Chibuto é estimado em USD 1 bilhão e as reservas conhecidas são de cerca de 108 milhões de toneladas de ilmenite. Isso permite que a mina opere entre 70 a 100 anos. De acordo com Muaga (2021), o Estado moçambicano tem uma participação de 10% na Dingsheng Minerals (TA, 2021). A empresa iniciou a exploração de areias pesadas em 2018, nos povoados de Mudada, Mudumeia, Mabecuane, Savene e Mutsicuane, em Chibuto, ocupando uma área de cerca de 10.840 hectares.

A Dingsheng tem, entretanto, um mau historial nos projectos em que está envolvida. Desde 2017, dezenas de famílias do distrito de Chibuto, na província de Gaza, estão agastadas com a mineradora. Trata-se das comunidades de Mudumeia, Mabecuane, Savene e Mutsicuane que se queixam de estarem a ser injustiçadas nas compensações sobre o processo de reassentamento (Tchambule, 2021). Mesmo sem revelar números, Tchambule (2021) refere que a empresa pagou um valor abaixo do combinado.

Em 2018, a empresa instalou, no distrito de Chibuto, uma unidade com capacidade para processar diariamente dez mil toneladas de areia, com uma concessão válida por 25 anos, período durante o qual se prevê a extracção anual de um milhão de toneladas de minérios (Diário Económico, 2022).

Em 2022, o Presidente moçambicano, Filipe Nyusi, inaugurou mais duas linhas de produção de areias pesadas, um investimento feito pela empresa chinesa Ding Sheng Minerals. Com o início oficial das duas novas linhas de produção, junto com as antigas linhas de produção, a Dingsheng Minerals atingiu uma capacidade de produção de mais de 1,8 milhão de toneladas de produtos de minério de titânio e zircônio por ano (Xinhua, 2022).

3. O perfil e as conexões entre as empresas

O perfil das empresas envolvidas nestas atrocidades ambientais, com destaque para as acima citadas, confirma um padrão já conhecido na forma de fazer negócios em Moçambique. Trata-se de um padrão que consiste no estabelecimento de alianças promíscuas entre investidores estrangeiros e a elite política. Os políticos garantem protecção aos negócios dos estrangeiros, mesmo com os mais graves atropelos às boas práticas e à legislação nacional¹².

A Haiyu Mining, a Africa Great Wall e a Dingsheng são três das empresas de capitais chineses que já se aperceberam da importância de se aliarem à burguesia local emergente, maioritariamente ligada à Frelimo, ou de apoiar este partido, como imperativo para se saírem bem nos seus negócios, em Moçambique (Chichava e Alden, 2012).

Para o Centro de Jornalismo Investigativo de Moçambique (CJIMMOZ, 2020) várias indústrias com investimentos estrangeiros são abertas no país com o envolvimento de líderes moçambicanos, desde o Presidente, ministros, directores, presidentes de conselhos municipais até simples secretários do partido Frelimo a vários níveis, que quase assumiram o controlo das riquezas de todo o país, deixando os demais moçambicanos praticamente à parte.

Os casos da Haiyu (Mozambique) Mining Co. Lda. e da Africa Great Wall Mining Development Co. mostram como algumas das empresas são detidas pelos mesmos donos, seguindo um modelo também conhecido em negócios duvidosos, em que as mesmas pessoas criam várias empresas, algumas de fachada. Conforme já referido, a Haiyu (Mozambique) Mining Co. Lda. é subsidiária da Africa Great Wall Mining Development Co., numa sociedade por quotas de responsabilidade limitada com a Hainan Haiyu Mining Co. Ltd., sediada na China. Há dois nomes associados às duas empresas. Trata-se de Cong Chuanyou e Tao Wu, que estão por detrás das licenças de exploração e das duas empresas (Ancir, s.d.).

Por sua vez, o grupo Jinan Yuxiao, também ligado à Africa Great Wall Mining Development Company Lda. e a Haiyu Mining Co., é uma das primeiras empresas chinesas a obter concessões mineiras em Moçambique. Em 2009, por exemplo, a Jinan Yuxiao Group Co., Ltd. ganhou o direito de explorar 20 minas de zircão. Em 2011, o mesmo grupo, proveniente da cidade chinesa de Jinan, ganhou 10 direitos de exploração de zircão e 40 de titânio tornando-se um dos maiores em África e, pelo menos na altura, o maior em Moçambique na exploração destes minerais (@verdade, 2014).

4. As consequências são irremediáveis

Perante os graves atentados ambientais aqui descritos, a questão é: que impactos este padrão representa para a vida humana e animal e para o ambiente, no geral? Para responder a esta pergunta, o CIP foi ouvir especialistas que trabalham na matéria. Salomão Bandeira é biólogo, ecologista ligado a questões marinhas e costeiras e aspectos relacionados à sua governança. É, igualmente, professor no Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Bandeira começa por explicar que a mineração é, por essência, uma actividade sensível, seja ela desenvolvida dentro ou fora da linha costeira. Quando é feita na linha costeira, a situação é ainda mais problemática. Quando olha para as actividades mineiras desenvolvidas junto à costa moçambicana, de Moma a Olinda e um pouco por todo o país, o investigador em questões marinhas e costeiras vê uma agressão de implicações graves. “Estamos a esquarterar a linha

¹² Para mais detalhes, ver estudo do CIP intitulado “Má gestão e alianças promíscuas colapsam sector de pescas em Moçambique”, disponível em <https://www.cipmoz.org/en/2023/03/16/ma-gestao-e-aliancas-promiscuas-colapsam-sector-de-pescas-em-mocambique/>

da costa”, diz. “Só estamos a exportar areia e a esquarterar toda a nossa linha de costa, o que acaba sendo vergonhoso”, observa, frisando que a mineração na zona mineira toca com muitas sensibilidades.

E, uma das sensibilidades é o potencial de estragar a linha de costa de forma até irremediável. E ele afirma que as “agressões que têm havido à linha da costa”, com o desenvolvimento de actividades mineiras, têm o “potencial de estragar a linha da costa de forma irremediável”, porquanto a “agressão à linha de costa é difícil de repor”.

De acordo com Bandeira, a destruição de uma duna, um dos aspectos mais dominantes nas explorações mineiras aqui descritas, tem impactos extremamente graves. “Em primeiro lugar, é a alteração na linha de costa, que pode ter efeitos imensuráveis, dependendo da magnitude (...). A hidrologia do local também altera. Os solos também podem ficar salinizados, afectando, por exemplo, a actividade agrícola”, afirma, referindo-se também à poluição de água.

A destruição de uma duna, acrescenta, pode ser ainda mais grave, particularmente em locais com densidade populacional considerável, que perde, assim, uma protecção natural contra o mar e eventos naturais extremos. Sobre o bloqueio de rios, como ocorreu em Moma, o especialista fala de uma “agressão” a um curso natural de água, algo igualmente grave, que inclui riscos de inundações sobre determinadas áreas, tal como ocorre nos principais centros urbanos do país, casos das cidades de Maputo e Matola, onde as construções desordenadas bloquearam os cursos normais de água, agravando o drama de inundações nas épocas chuvosas.

Aliás, conforme referido neste trabalho, a destruição de dunas, de vegetação e o despejo de resíduos de mineração sobre zonas húmidas; o bloqueio de lagoas e cursos de água que as ligavam, bem como às zonas húmidas, ao mar, pela Haiyu, no distrito de Angoche, levou à destruição da aldeia Nagonha, em 2015, na sequência das chuvas daquele ano. Com a topografia da zona significativamente alterada, com cursos naturais de água obstruídos, e com montões de areias armazenados, a água não teve outra alternativa senão encontrar novos caminhos, acabando por destruir parcialmente a aldeia.

Perante os vários atropelos, o académico questiona se os diferentes actores envolvidos na cadeia estão ou não a usar as suas competências. “Não faz sentido ter leis e não ter entidades que tomem conta dessas mesmas leis e as façam valer”, critica, salientando que, em alguns casos, as autoridades ambientais do país estão mal preparadas.

Para ele, é já sem tempo que Moçambique devia parar, avaliar e, em caso de graves efeitos ambientais, recusar esses empreendimentos, mesmo que o país esteja, ainda, em vias de desenvolvimento. “Se em frente da minha costa tenho uma exploração mineira, devo fazer as contas disso: O que explorei? Por quanto tempo? Quanto ganhei? Qual foi a cadeia de valor que estimei? Quanto ficou no país? Fazendo essas contas, vamos ver o que é melhor. Vamos ver quais são os proveitos que nos trouxe: se tivemos mais problemas ou se ganhamos mais. Estar a repetir o mesmo assunto antes de consolidar os outros, também não ajuda. Se calhar estamos a fazer de novo o mal”, propõe.

4.1 Falta de vontade política

Cristina Louro é também bióloga marinha. Explica que, no caso da costa, as dunas servem para amortizar a força das águas do oceano, particularmente as ondas mais potentes. Com efeito, as dunas primárias, as que estão à frente, logo a seguir ao mar, servem para o primeiro embate, enquanto as secundárias, por detrás das primeiras, servem como segunda barreira. “Esta é a função delas, de servirem de barreira. E não tens só uma duna. Depois das primeiras, tens, atrás, outras, que são as secundárias e todas elas têm a função de servir de barreira por causa da força do oceano e dos ventos”, refere a especialista.

Mas as dunas não têm só a função de barreira. Também servem como habitats de vários organismos da biodiversidade. Por isso, cortar árvores ou destruir vegetação nativa, como ocorre em Moma, Olinda e Chongoene, simplesmente a título ilustrativo, também tem as suas consequências. “Se tu cortas uma árvore ou a vegetação rasteira, as areias não vão ter onde se agarrar e voam com a força do vento e do mar ou do oceano. Então, é importante ter a vegetação, as raízes, as folhas, que agarram as areias”, indica.

Adicionalmente, em algumas partes do país, como no cordão de dunas que se estendem da Ponta do Ouro, na província de Maputo, até ao Bazaruto, em Inhambane, há, por detrás de algumas dunas, lagoas costeiras, também não menos importantes. “São de águas salobres, sim, mas têm muita função ecológica, social e económica”, diz, exemplificando com actividades como pesca e busca de água para o consumo humano.

É por isso que a bióloga marinha lamenta que as nossas barreiras naturais estejam a ser “destruídas todos os dias por essas grandes empresas”, sem “aplicação da lei”. Cristina Louro também entende que, mesmo sendo pobre, Moçambique devia rejeitar alguns projectos mineiros devido aos seus terríveis impactos ambientais.

“A gente não pode pensar só no amanhã, no que vamos comer amanhã, mas pensar a longo prazo. O que vamos deixar para as gerações que estão a vir. Eu já nem digo aos nossos bisnetos. Até para os nossos filhos. O que nós estamos a deixar para os nossos filhos e netos? Eu acho que o Governo - e entendo que o assunto é fome, que é o que vamos pôr no prato para comer no dia seguinte - mas também tem de pôr barreiras. Estamos, sim, com sede, mas a gente tem de saber dizer não a certas coisas e medir os prós e os contras”, observa.

Aliás, a especialista vê falta de vontade política. “Há um esforço gradual (na protecção ambiental), mas não é a prioridade na agenda. Por exemplo, há grande esforço na declaração de novas áreas de conservação, mas há falta de capacidade técnica e financeira”, afirma. Ela até entende que há preocupações diárias, num país com a população a viver a fome, que precisa de comer e de melhores condições de vida. Pelo que questões ambientais são sempre vistas como o oposto. Mas, a fonte alerta que há custos a pagar por essa falta de vontade política para questões ambientais.

Para Cristina Louro, as leis e os regulamentos sobre a matéria até estão a evoluir, mas vê fraca aplicação, no que chama de “contrariedades”. “A lei diz uma coisa, mas depois vem o Governo e o investidor e não seguem aquilo que está na lei e nos regulamentos”, critica. E dá exemplos. Diz que, além de, na maior parte dos casos, as chamadas consultas públicas para os estudos de impacto ambiental serem só para “inglês ver”, perante comunidades também sem conhecimento sobre as regras e as leis e os regulamentos sobre o ambiente, ninguém está a falar do monitoramento desse impacto no curso dos projectos e das medidas para a mitigação dos efeitos nefastos.

“As pessoas só falam estudo de impacto ambiental, mas o regulamento diz que é preciso monitorar o que as pessoas escreveram no estudo de impacto ambiental, as devidas medidas de mitigação e prevenção. É preciso monitorar se o investidor está a seguir isso ou não, e isso não está sendo feito. Ninguém está aí”, lamenta.

4.2 É um padrão de caos

Samanta Remane é a actual directora executiva do Centro Terra Viva (CTV). Antes ocupou a função de directora do Programa de Políticas e Legislação sobre Governança de Terras e Recursos Naturais nesta que é uma das principais organizações da sociedade civil que luta por questões de ambiente e de terra, em Moçambique. Jurista de formação, ela conhece muito bem as nuances das agressões ao ambiente no país. E, um dos casos que seguiu de perto foi o de Chongoene. Ela foi um dos rostos da Coligação Cívica sobre a Indústria Extractiva (CCIE) que esteve à frente do caso das dunas de Chongoene.

Fez parte da equipa da CCIE que, ao se despoletar o caso, deslocou-se ao terreno para compreender a situação. Explica que, chegada a Chongoene, a equipa dirigiu-se a diversos órgãos da administração, como são os Serviços Provinciais de Infra-estruturas, do Ambiente, bem como do Governo distrital, para entender o contexto e o que tinha acontecido. Lembra que quando a CCIE procurou saber que passos a Dingsheng tinha seguido, houve, da parte das instituições públicas contactadas, “muitas incongruências”.

“À nível da administração, diziam que a empresa tinha seguido todos os passos, mas, ao mesmo tempo, os Serviços Provinciais de Infra-estruturas emitiram um comunicado a impedir o processo de continuar, a dizerem que a empresa não tinha seguido os procedimentos”, lembra. Até que, finalmente, as autoridades reconheceram a ilegalidade do acto, mas, para a CCIE, não se estava simplesmente perante um problema administrativo, conforme a perspectiva oficial, mas, isso sim, perante indícios suficientes da prática de um crime ambiental, previsto e punido no Código Penal.

Foi assim que, de imediato, o CTV submeteu uma queixa-crime no Tribunal Distrital de Chongoene. Mas a organização da sociedade civil nunca teve resposta, mesmo com diligências encetadas junto ao Tribunal. Insatisfeita, a organização também se dirigiu à Procuradoria que, perante um caso de crime ambiental, tem um papel-chave a desempenhar, incluindo a instauração de processo, na sua qualidade de órgão guardião da legalidade. Mas não teve resposta também do guardião da legalidade. Ao invés de atender a CTV, a Procuradoria Distrital de Chongoene submeteu, ela própria, uma queixa-crime. Aqui, Samanta tem uma pergunta: “Se já tinha queixa-crime do CTV, por que a Procuradoria tinha de intentar uma queixa-crime?”.

Mesmo assim, a CTV foi constituir-se em assistente na queixa-crime da Procuradoria, na esperança de que, sendo um processo do guardião da legalidade, teria maior celeridade que o de uma organização da sociedade civil. Mas o CTV não podia estar mais enganado. O gesto da Procuradoria não era mais do que uma fuga para frente de uma instituição que estava debaixo de uma forte pressão na opinião pública, acusada de proteger “criminosos”. Mas, mesmo nesse processo, Samanta diz que “nem água foi, nem veio”.

Cada vez que a organização procurava saber do estágio do caso na Justiça, não encontrava resposta plausível. Na falta de respostas do lado da administração da Justiça, a directora executiva do CTV recorre à experiência do trabalho na sua organização para conjecturar um fim sombrio sobre o caso Chongoene. “Muitos processos, principalmente processos de carácter ambiental, não têm um tratamento judicial adequado. Muitas vezes, ficam arquivados ou os juízes e os procuradores tentam atrasar, no máximo, os processos até que haja um certo tipo de desinteresse em acompanhar”, refere.

Além de Chongoene, a jurista também esteve em Moma e viu, com os seus próprios olhos, as atrocidades cometidas pelos chineses contra o ambiente. Além de dunas também destruídas, em Moma, aponta a obstrução de um rio como uma grave agressão ao meio ambiente.

“O rio que foi bloqueado pelas actividades da Haiyu Mining servia para tudo um pouco, para as necessidades básicas da população. Usavam aquele rio, não só para regar as suas machambas, mas também para tomar banho e tirar água para o consumo. Mas agora o rio está a ficar sem vida e está a desaparecer. Isso vai causar muitos problemas. Aquela área era um solo fértil, próprio para agricultura. Mas isso já não vai acontecer a médio prazo. Aliás, quando nós fomos ao terreno, já estávamos a ver mudanças físicas naquele rio. Estava tudo murcho. Não havia comunicação entre os 2 lados. Começou a aparecer água estagnada, com outro tipo de plantas que os próprios residentes achavam estranhas porque não eram propícias dali. Tudo isso vai trazer, claramente, impactos”, indica.

Para Samanta, se aquela população depende da agricultura para a sua subsistência como, aliás, a maior parte da população moçambicana rural, como irá viver se já não vai poder produzir? Em Moma também preocupa à activista ambiental, que as operações da Haiyu Mining estejam a ser desenvolvidas não muito distante da costa.

Em todos os projectos, incluindo os três em estudo neste trabalho, ela vê graves impactos ambientais. “De facto, é um padrão, mas é um padrão de um caos ou completo abandono pelas questões sociais, culturais e de protecção. Estão a deixar que as questões ambientais sejam claramente secundarizadas. Então é um padrão mau”, lamenta. E dá exemplos das consequências:

“Sabe-se, perfeitamente, qual é o impacto que existe se nós destruímos um determinado *habitat*, particularmente as dunas, que exercem uma função muito relevante para manter o equilíbrio entre a costa e a parte terrestre. Se há destruição dessa duna, há mudanças que vão ocorrer a nível daquela área, falo de solos, etc., mudança de estética, até mudanças em termos de biodiversidade da área. Não posso quantificar o que se perde em termos de biodiversidade, mas certamente vai haver uma mudança naquela área, e uma mudança ainda mais profunda a médio e longo prazo”, anota.

“As dunas são barreiras naturais que protegem a terra da parte do mar e as comunidades vão para lá para retirar não só pescado, mas outros recursos para a sua subsistência. Com a duna destruída, as águas do mar começam a vir mais para o interior e aí começam a aparecer problemas. Primeiro, não há-de ser aquela via que as comunidades vão continuar a usar para ir retirar esses recursos. As pessoas que estão ali à volta poderão ter as suas áreas, como machambas, também prejudicadas, porque se vão prejudicar por causa das águas que poderão invadir. A médio ou curto prazo, pode invadir a área da duna, mas a longo prazo vai ser mais do que aquela área”, acrescenta.

No geral Remane vê falta de interesse político na protecção do ambiente. Tomando como exemplo Chongoene, onde ainda não há responsabilização pela destruição de dunas, afirma ser mais do que competência de juízes e procuradores. Pelo contrário, trata-se, isso sim, da falta de importância por questões ambientais e de terra. “As entidades públicas, para a maior parte dos projectos, olham apenas para os ganhos económicos e nem de perto olham para as questões ambientais que um projecto também vai trazer”, critica.

Sobre Moma, faz saber que, ao se aproximar à administração local para abordar o caso da Haiyu, não obteve uma resposta satisfatória. Foi quando pediu um encontro com a empresa para sensibilizá-la a respeitar questões ambientais. “Mas não é só uma questão de sensibilização. Tinha de estar ali uma entidade a nível do distrito de Moma que acompanhe esses assuntos. Nós temos o Estado em todos os pontos. Como é possível um rio estar a ser assoreado, as pessoas estão a falar disso, a comunidade está a falar disso, e nada acontece? Então, são essas questões, estão ali, dizem que é um departamento na área ambiental, mas entras na administração, está todo o mundo a conversar, a assistir novela, e mais nada. Até as pessoas não sabem por que estão naqueles sectores e qual é o papel e a importância de estarem ali”, lamenta.

Mas, entende, no sector da indústria extractiva, o impacto ambiental é sempre tão profundo pelo que as medidas de prevenção deviam ser muito mais concretas e fortes. “Nós temos leis de protecção ambiental. Faz-se um estudo no qual se analisa, de forma concreta, o que vai acontecer com determinada actividade, tendo em conta o local onde vai ser realizada. E, estão escritas as medidas que a empresa deve tomar para minimizar o nível de danos; há medidas de correcção que acontecem no decorrer do processo de exploração, que não se notam na fase de licenciamento. Tudo isso devia, depois, resultar em alguma coisa e, no caso, seria maior protecção ao ambiente. Mas, vimos exactamente o inverso”, aponta.

4.3 O nosso futuro está em jogo

Para a Justiça Ambiental está mais do que comprovado que a preservação e a conservação do ambiente pouco importa quando há recursos minerais no solo ou subsolo. “A prioridade é emitir licenças de concessão para que as nossas elites domésticas ganhem dinheiro, e as grandes empresas transnacionais consigam aumentar os seus dividendos anuais e mandar o dinheiro para os seus países de origem”, critica Kete Fumo, da Justiça Ambiental.

Confrontada com os casos de Moma, Olinda e Chibuto/Chongoene, a fonte responde que os casos das areias pesadas demonstram que as maiores atrocidades cometidas pelas transnacionais da área, a destruição de ecossistemas, a violação de direitos fundamentais e zero benefícios para as comunidades é o que mais vemos. “O caso da destruição das dunas, em Chongoene, coloca-nos cada vez mais expostos à invasão das águas do mar e o caso de Olinda comprovou-nos que, para além da negligência com as questões ambientais, ainda havia graves violações dos direitos das comunidades locais, que não foram consultadas, nem compensadas e tampouco reassentadas”, explica.

Para consubstanciar essas violações, Kete Fumo dá, também, o exemplo de Larde, um distrito vizinho de Moma, onde a Kenmare também está a explorar areias pesadas em meio a controvérsia sobre a sustentabilidade das suas operações.

“A destruição ambiental (pela Kenmare) é de tal forma revoltante que sequer respeita a cultura e a tradição local, tal como foi o caso da destruição do Monte Felipe, em 2016, um monte sagrado que, além de constituir uma referência de terra firme para os pescadores da região, também servia de local de culto aos antepassados e cerimónias de pedidos de chuva”, descreve. Acrescenta que “existem muitos outros problemas causados por este projecto da Kenmare: a quantidade de poeira causada pelas máquinas; a contaminação das águas do rio Hapelo; o bloqueio do acesso ao mar para os pescadores; as imensas dunas de areia formadas após a exploração; além do plano de replantio falhado de plantação de eucaliptos”.

Aliás, para a fonte, no final dos 50 anos de concessão, esta área poderá ser totalmente abandonada e com pouca chance de recuperação do ecossistema original. Questionada sobre os reais impactos para o ambiente e para a biodiversidade, incluindo para os seres humanos, da destruição de dunas, bloqueio de rios, contaminação de águas, poluição do ar, sonora, entre outras formas de agressão ao ambiente, a representante da Justiça Ambiental explica que existe, muitas vezes, uma falsa noção de que o ambiente e os seres humanos são coisas separadas.

“Esquecemo-nos, muito facilmente, de que fazemos parte da natureza, e de que dependemos do equilíbrio entre os seres vivos e o ambiente que nos rodeia para a nossa própria sobrevivência. A destruição de dunas, o bloqueio de rios, a emissão de gases de efeito de estufa, a contaminação das águas e as demais formas de poluição e de destruição de vegetação nativa já nos têm trazido consequências graves, desde a crise climática ao surgimento de novas doenças”, diz.

Assinala que, enquanto continuarmos a priorizar o lucro e o crescimento económico sem escrúpulos, em detrimento do respeito pelos limites da natureza, iremos continuar a sofrer o efeito disso. “O ser humano precisa de recuperar a sua relação de respeito e humildade perante a natureza, preservada e praticada por povos indígenas em todo o mundo, ao invés de uma relação de dominação que tem sido enaltecida em ideologias e modos de vida imperialistas”, propõe.

Sobre as opções que o país devia tomar perante explorações com alto risco para o ambiente, entende que devemos e precisamos de optar por um modelo de desenvolvimento fundamentalmente diferente, que seja centrado nas pessoas e que proteja o ambiente e o futuro do planeta.

“Nenhum projecto que seja considerado de alto risco ou de alto impacto deveria ter luz verde para avançar. O nosso futuro está em jogo e isso deveria ser o mais importante. Precisamos de transformar os nossos modelos energéticos e garantir que a energia produzida é para as pessoas e não para exportação ou para a indústria. Precisamos de investir na gestão comunitária dos nossos recursos, como as florestas, para garantir que as comunidades locais tenham um papel activo na sua conservação ao mesmo tempo que se beneficiam destes recursos de forma sustentável. Precisamos de valorizar

os saberes locais, as sementes nativas, e a agro-ecologia rumo à soberania alimentar, e abandonar completamente os caminhos que nos levam à dependência de insumos químicos e sementes geneticamente modificadas”, recomenda.

Afirma que, se Moçambique, como país, se dispusesse a debater de forma profunda os diferentes projectos ditos de “desenvolvimento”, de forma a analisar e medir verdadeiramente os seus impactos negativos e positivos, certamente tomaria melhores decisões. “O que vemos, a nível dos estudos feitos, das avaliações de risco, ou dos processos de consulta pública, é que não existe qualquer interesse em que este debate aconteça, e estes processos constituem meros exercícios cosméticos para validar projectos ambientalmente destrutivos e socialmente injustos”, repisa.

4.4 É a destruição da biodiversidade

De acordo com Zito Covane, assistente de pesquisa na Kuwuka JDA, uma das organizações que integra a CCIE, a destruição das dunas pode trazer impactos irreversíveis. E, quando se trata particularmente das dunas vegetadas, consideradas como reservatório da biodiversidade, temos a flora, a fauna e a micro-fauna a serem destruídas. “Essas dunas são *habitats* para a nidificação das tartarugas e, com a sua destruição parcial, não só podemos ver a estabilidade da própria duna, a importância que traz na questão da barreira natural, mas também a destruição da biodiversidade que suporta a própria duna”, refere, citado pela CCIE (2021).

A Sekelekani (2021), também membro da CCIE, escreve que a construção de uma larga estrada de acesso ao mar, em Chongoene, implica a destruição de dunas primárias, protegidas pela legislação ambiental do país, que “visam prevenir e limitar a poluição derivada das descargas ilegais efectuadas por navios, plataformas ou por fontes baseadas em terra, ao largo da costa moçambicana, bem como o estabelecimento de bases legais para a protecção e a conservação das áreas que constituem domínio público marítimo, lacustre e fluvial, das praias e dos ecossistemas frágeis”.

4.5 “Não temos conhecimento”

Para obter reacção sobre as matérias abordadas neste texto, o CIP contactou três instituições governamentais, nomeadamente o Ministério da Terra e Ambiente (MTA), a Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental (AQUA) – sobre questões ambientais – e a Autoridade Tributária (AT) de Moçambique – sobre os volumes de exportação das areias pesadas e as receitas que o Governo já arrecadou em cada um dos três projectos mineiros estudados.

Mais de 30 dias depois da submissão dos pedidos de informação, à luz da Lei 31/2014, de 31 de Dezembro (Lei do Direito à Informação) que estabelece o prazo de 21 dias para a resposta, apenas a AQUA e o MTA se dignaram a responder. Na sua resposta, que nos foi enviada com conhecimento do Gabinete da ministra da Terra e Ambiente, a AQUA disse não ter conhecimento das situações de violações ambientais aqui reportadas, relegando possível pronunciamento para um momento não especificado. “Só poderemos nos pronunciar sobre os factos após a sua averiguação”, escreveu a AQUA.

Por sua vez, o MTA agradeceu pelo que considerou como uma “denúncia feita pelo CIP”. Contudo, referiu, o Ministério, que, em relação à perda de vegetação, há sempre um impacto de remoção de vegetação natural para permitir a actividade de mineração – um facto sobre o qual estivemos cientes desde o início do trabalho e, aliás, já acima mencionado, nomeadamente que o extractivismo mineiro sempre envolve um mínimo aceitável na degradação da natureza. De acordo com o Ministério, as medidas de mitigação à remoção de vegetação natural estão previstas no Plano de Gestão Ambiental (PGA).

Entretanto, os PGA partilhados pelo MTA e minuciosamente verificados pelo CIP são documentos de intenções sobre o que devia ser a execução dos projectos em termos ambientais, apresentando uma lista de boas práticas que os operadores deviam observar em prol da protecção ambiental. Mas o ponto mesmo, que é o que o Ministério não respondeu, é que acções tomar quando esses danos envolvem a devastação de ecossistemas e biodiversidade, incluindo a obstrução de rios e lagoas, atentados que não podem ser aceitáveis em nome da exploração de quaisquer que sejam os recursos.

Aliás, relativamente à destruição de dunas por parte da empresa Dingsheng Minerals, por exemplo, o MTA disse que foi aplicada, à empresa de capitais chineses, uma sanção administrativa (multa). A empresa reconheceu a infracção. O Governo continua a monitorar o cumprimento das recomendações emanadas. Portanto, tanto o Governo como a Dingsheng reconhecem o cometimento de infracções, o que, por si, vai além de um simples impacto inerente à actividade de mineração.

O MTA referiu, também, na sua resposta, que tem feito, regularmente, trabalhos de monitoria, auditoria e fiscalização ambiental com vista a verificar o cumprimento dos estudos técnicos aprovados durante o licenciamento ambiental. Entretanto, não partilhou qualquer relatório de monitoria, auditoria e fiscalização ambiental, senão os de Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Entretanto, o Relatório do EIA da Africa Great Wall, por exemplo, é de Março de 2018 (foi feito pela RMS Consultores, Lda, na altura do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental - MICOA), antes, se quer, do início das explorações de Olinda, que só começaram cinco anos depois, em 2019. O que significa que o documento não capta, necessariamente, as actuais dinâmicas das explorações de Olinda.

Por sua vez, a AQUA, além de não partilhar estudos ou relatórios de impacto ambiental, não deu qualquer resposta sobre esta questão específica. A não partilha de relatórios de monitoramento dos impactos registados ao longo da implementação das actividades pode ser explicada a partir de uma das questões levantadas nesta pesquisa: que as instituições públicas não estão a fazer qualquer monitoramento do impacto dos projectos. E, sem monitoramento, não se pode esperar medidas para a mitigação dos efeitos nefastos causados pelas actividades, conforme preconiza a legislação ambiental.

Sobre as reclamações das comunidades locais, que se queixam-se de reassentamentos mal feitos, de más indemnizações, incluindo perda de meios de subsistência sem compensações, o MTA referiu que, em relação a Africa Great Wall Mining Company, Lda. na província da Zambézia, os direitos das famílias do povoado da Ilha de Olinda foram acautelados. “Em 2022, o Governo do distrito de Inhassunge identificou 75 hectares na localidade de Bingagira, no povoado de Micungune, para a produção de arroz, principal cultura do distrito. O processo foi antecedido de encontros com as famílias afectadas para apresentação da área, seguida de uma visita ao local onde há áreas não ocupadas. Em 2023 o Governo do distrito, com o apoio da empresa, fez trabalhos de parcelamento e lavoura dos 70 hectares e que foram entregues às famílias”, escreveu o Ministério da Terra e Ambiente.

“O número de casas por construir era de 100 para igual número de famílias que estão a ser reassentadas no povoado afectado, contra a anterior pretensão de deslocá-las para fora do mesmo. E, de acordo com o plano de reassentamento aprovado, foram construídas e entregues, a famílias reassentadas, um acumulado de 90 casas, estando, neste momento a decorrer a construção das remanescentes 10 casas e trabalhos de preparação de títulos de DUAT [Direito de Uso e Aproveitamento de Terra] para igual número de famílias”, acrescentou.

Relativamente à Dingsheng Minerals, o Ministério referiu que, para a construção do porto para o escoamento do minério, através do distrito de Chongoene, em Gaza, foi elaborado o Plano de Reassentamento Económico que, depois do parecer de conformidade, foi aprovado. Neste momento, está a decorrer a sua implementação ao nível local. Em relação à Haiyu (Mozambique) Mining Co.Lda, na província de Nampula, o MTA diz não ter informação da existência de processos que exijam a elaboração e implementação de Planos de Reassentamento no distrito de Moma, em conexão com as actividades desta empresa.

Entretanto, como se extrai deste trabalho, no caso de Moma, o CIP não falou de reassentamento das comunidades, mas sim da perda de meios de subsistência, sem as devidas compensações às populações, e de poluição do ambiente.

Sobre as compensações, o Ministério admite continuar a trabalhar para o cumprimento do que está previsto na legislação. “Em relação às compensações para as comunidades cujas benfeitorias foram afectadas, o Governo vai continuar a trabalhar com a empresa no sentido de cumprir com o que está previsto na legislação”, garante o MTA.

A controvérsia da gestão ambiental

Uma fonte ouvida sobre a questão, respondeu nos seguintes termos: “Nos últimos tempos, o presidente da República tem recebido prémios como um homem que luta pela protecção do ambiente, conservação e biodiversidade. Isto (...) é bastante controverso porque Moçambique assumiu um modelo de desenvolvimento que põe o meio ambiente em último lugar, por ser centrado no extractivismo, nas energias fósseis (petróleo, carvão e o gás) e outras”.

Para a fonte, está comprovado que este caminho de desenvolvimento traz graves consequências ambientais, contribuindo intensamente para a destruição dos ecossistemas, poluição do ar, água, aumento das emissões de gases de efeito estufa, que contribuem para as mudanças climáticas. “Moçambique é dos países mais vulneráveis a mudanças climáticas e, ainda assim, nos posicionamos como pólo energético, graças à exploração de combustíveis fósseis”, assinala.

A outra ironia, prossegue, está no extractivismo verde. “Vemos a devastação de milhares de hectares de floresta nativa, debilitando os solos e aumentando a erosão, tudo para ganhar créditos de carbono e avultados cheques de REDD”. A fonte também critica a alternativa de plantações de monoculturas de árvores que nem de perto cumprem com as funções de uma verdadeira floresta, quando a vegetação nativa cumpre importantes funções de manutenção da biodiversidade, manutenção da humidade e fertilidade dos solos, protecção natural contra fenómenos climáticos extremos e subsistência da população. “Não entendemos como pode ganhar um prémio ambiental o presidente de um país que explora gás em áreas de protecção ambiental, ou areias pesadas na faixa costeira”, observa.

Uma outra fonte especializada no assunto calcula que um dos motivos para as distinções ao Presidente deve ser o seu trabalho para se estenderem áreas de protecção. “Mas não é só estender as áreas de protecção. Há todo um desafio de gerir essas áreas de conservação”, contrapõe, referindo que a nossa legislação possui sérios desafios de implementação, da mesma forma que o país assume compromissos internacionais que devem ser seguidos a risca.

Dá o exemplo da APAIPS para mostrar que não basta declarar, mas é preciso criar capacidade humana, financeira e haver vontade. “Declaram-se áreas de conservação, mas quando chega a altura de gestão, de impor lá toda uma infra-estrutura, não existe. Acho que esta é a maior área de Moçambique e a segunda ou terceira maior no oeste de África; é assim, é uma área muito extensa, mas desmandos que estão a acontecer nas APAIPS, incluindo as [devastações de Moma], é de pôr a cabeça de baixo da areia”, deplora.

A coragem que Moçambique deve ter

Com todas as agressões que estão a ocorrer contra o meio ambiente, um pouco por todo o país, faz-se necessário que Moçambique tenha coragem para recusar ou parar com as explorações cujos saldos ambientais são, de longe, irremediáveis, ainda mais num contexto em que os empreendimentos em causa pouco contribuem para os cofres do Estado e com benefícios quase nulos para as comunidades locais.

Um pouco por todo o mundo há experiências de que o país pode aprender se, de facto, quiser fazer da protecção ambiental uma prioridade. Um dos mais recentes casos de paralisação de um mega-projecto, devido aos seus tremendos impactos ambientais, vem da Austrália, país que, em Fevereiro de 2023, rejeitou um projecto de exploração mineira a céu aberto, que teria fortes impactos sobre a grande barreira de Coral (Lusa, 2023).

De acordo com a Agência Lusa, a ministra do Ambiente australiana, Tanya Plibersek, decidiu impedir que uma mina fosse aberta a noroeste da cidade de Rockhampton, no Estado de Queensland, e a menos de 10 km da grande barreira de coral, na Costa nordeste da Austrália. No caso de Moçambique, algumas das mais violentas agressões ao ambiente estão a ser feitas a apenas alguns metros da praia, inferior a 1 km.

Citada, na altura, pela Agência portuguesa de notícias, Plibersek fez saber que o projecto teria impacto no ecossistema aquático, potencialmente, nos frágeis prados de ervas marinhas que alimentam os dugongos, um mamífero marinho, e servem de incubadoras para peixes. A governante fez saber que o risco de “poluição e danos irreversíveis ao recife é muito real”. “Dada a ciência diante de mim, ficou claro que os riscos eram simplesmente grandes demais”, precisou. Ao que noticiou a Lusa, a mina a céu aberto teria uma capacidade de escavação anual estimada de 10 milhões de toneladas de carvão, por 25 anos. Trata-se de um projecto proposto por um magnata de mineração, Clive Palmer, que fundou e financia um pequeno partido conservador, a Austrália Unida.

Bem ao lado de Moçambique, a África do Sul proibiu, em 2021, um projecto de exploração sísmica da multinacional Shell, ao largo da turística “Wild Coast”, uma decisão da justiça sul-africana que foi recebida como vitória por ambientalistas que vinham alertando para o impacto do projecto na vida selvagem marinha (Lusa, 2021).

Na altura, um porta-voz da gigante do petróleo e gás disse, em declarações à agência France-Presse, que a “África do Sul está fortemente dependente das importações para satisfazer uma grande parte das suas necessidades energéticas”, pelo que “se fossem descobertos recursos viáveis no mar, [essa descoberta] poderia dar um contributo significativo para a segurança energética do país”. Mesmo assim, a Justiça deste país vizinho proibiu o projecto, contrariando a vontade da classe política, como do então ministro da Energia e mesmo perante uma grave crise energética que abala presentemente o país.

5. Conclusão

A protecção do ambiente em Moçambique não tem se mostrado ser prioritária para as autoridades governamentais. Pelo contrário, os casos aqui documentados demonstram que, pelo país adentro, têm estado a ocorrer das mais trágicas atrocidades contra o ambiente. O nível dos desmandos cometidos pelas empresas, à luz do dia e sob olhar impávido das autoridades, convoca-nos a questionar o papel do Estado na protecção deste que se tornou num dos direitos fundamentais para a humanidade.

Quando um país chega ao extremo de permitir que haja obstrução de cursos naturais de água, como lagoas e rios, tudo para dar lugar a empreendimentos extractivistas, ainda mais sem praticamente qualquer benefício para o Estado e para as comunidades, resta pouco para dizer sobre a atenção que as autoridades atribuem às questões ambientais. Quando um país elabora leis e ractifica diversos instrumentos internacionais sobre questões ambientais, mas com implementação quase nula, não há como apreciar essa actuação que, não de menos, está a colocar em causa a nossa sobrevivência e das gerações vindouras.

Quando um Estado cria uma área como a de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas (APAIPS), que se estende do distrito de Pebane, na província da Zambézia, até Angoche, em Nampula, com um quadro de pessoal composto por apenas três pessoas e a funcionar 10 anos depois da sua criação em espaços emprestados, há pouco que se diga sobre as prioridades do Governo nesse sector.

Mas, nem todas as instituições no sector ambiental em Moçambique são APAIPS. Há, neste país, instituições que, se há atropelos ao ambiente, não é por falta de recursos para se fazerem sentir. Não se compreende como é que se admite este nível de atrocidades num país que até tem um Ministério dedicado a questões ambientais, o da Terra e Ambiente (MTA).

Os dirigentes deste país devem colocar em primeira mão os interesses nacionais, que incluem a protecção do ambiente. O que não pode acontecer é continuar-se a colocar em causa o presente e o futuro do país, em nome de um extractivismo cuja economia política privilegia o lucro em detrimento da sustentabilidade, respeito às questões ambientais e dos direitos das comunidades.

As explorações mineiras efectuadas por empresas chinesas são simplesmente o exemplo mais flagrante. Mas, em várias áreas, há casos gritantes de agressão ao ambiente, com todas as consequências daí decorrentes, ainda mais numa altura em que as mudanças climáticas têm mostrado, com cada vez mais frequência, a sua severidade.

Aliás, um dos pontos de chegada deste trabalho, que deverá constituir objecto para próximas pesquisas no sector, é justamente este: *as implicações destes atentados ambientais numa altura em que as mudanças climáticas se tornaram numa realidade*. Mesmo sem que tenha sido esse o foco desta pesquisa, a experiência de Moçambique, um dos países mais afectados pelos efeitos das mudanças climáticas, ensina-nos que os eventos extremos têm implicações devastadoras nos tempos que correm.

A situação é de tal forma grave que nos convoca a todos, Governo, sociedade e parceiros, a tomarmos acções urgentes e enérgicas para lidarmos com o problema. Se ainda não podemos afirmar, com certeza, em que medida a degradação do ambiente exacerba os impactos já existentes, causados pelas mudanças climáticas, há uma coisa que podemos fazer: respeitar a natureza - algo que não é mais opcional.

Por isso, antes que seja tarde demais, o país deve parar para fazer as contas dos investimentos que recebe e dos seus saldos ambientais. Sempre que for necessário, Moçambique deve ter coragem suficiente de dizer NÃO a determinados projectos com impactos ambientais severos. O que o país não se deve dar ao luxo de fazer é continuar a licenciar tudo o que é actividade, como se as preocupações com o ambiente fossem problema de outro mundo. Essa pode ser a receita para a nossa salvação.

6. Recomendações

Considerando as principais constatações desta pesquisa, recomenda-se:

1. *Ao Governo de Moçambique:*
 - Privilegiar, de facto (mais que no discurso), a preservação do ambiente e a defesa dos direitos das comunidades e não se limitar, apenas, ao lucro;
 - Reavaliar todo o investimento que representam os custos ambientais inaceitáveis ao país;
 - Reforçar a luta contra a corrupção, neste caso específico no sector em alusão, e criar condições necessárias para uma efectiva fiscalização e penalização dos infractores.

2. *Às empresas envolvidas em desmandos ambientais:*
 - Respeitar a legislação nacional e internacional e as boas práticas na exploração de recursos, preservando sempre o ambiente;

3. *À Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental (AQUA), ao Instituto Nacional de Minas, ao Ministério da Terra e Ambiente, ao Ministério dos Recursos Minerais e Energia e ao Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas:*
 - Fiscalizar, devida e rigorosamente, as actividades das empresas mineiras e avaliar o seu impacto ambiental, tomando medidas proporcionais a cada caso.

4. *À Procuradoria-Geral da República:*
 - Investigar e responsabilizar os protagonistas de crimes ambientais.

5. *Às organizações ambientais:*
 - Reforçar a advocacia em prol de uma melhor protecção do ambiente.

6. *À academia*
 - Realizar pesquisa sobre os reais impactos ambientais de projectos mineiros, e não só.

7. *À comunidade internacional*
 - Fazer diplomacia, junto do Governo de Moçambique, em prol de um maior respeito por questões ambientais, enquanto prioridade do momento para a humanidade.

7. Referências Bibliográficas

- AIM (2016). **Nyusi distinguido nos EUA com prémio de mérito na conservação**. Acedido a 04 de Abril de 2023, em <https://portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Nyusi-distinguido-nos-EUA-com-premio-de-merito-na-conser-vacao>
- Africa Great Wall Mining Development Company Lda (s.d.). **Welcome to Africa Great Wall Mining Development Group**. Acedido a 03 de Abril de 2023, em <http://africagreatwallmining.com/>
- Amnistia Internacional (2018). “**As Nossas Vidas Não Valem Nada**”. **O Custo Humano da Exploração Mineira Chinesa em Nagonha, Moçambique**. Acedido a 30 de Setembro de 2020, em <https://www.amnesty.org/en/documents/afr41/7851/2018/pt/>
- Ancir (s.d.). **The Miners of Mozambique**. Acedido a 03 de Abril de 2023, em <http://ancir.github.io/mozambique/bigshots/>
- Baloi, Salvador (2023). **Já há “luz verde” para construção do terminal portuário para escoar areias pesadas de Chibuto**. Acedido a 12 de Julho de 2023, em <https://mznews.co.mz/ja-ha-luz-verde-para-construcao-do-terminal-portuario-para-escoar-areias-pesadas-de-chibuto/>
- Biofund (2021). **Mangais: Ecossistemas indispensáveis para os seres vivos e para a natureza**. Acedido a 20 de Março de 2023, em <https://www.biofund.org.mz/mangais-ecossistemas-indispensaveis-para-os-seres-vivos-e-para-a-natureza/>
- Boletim da República (2014). **Resolução nº 69/2014 de 9 de Dezembro**. I Série. Número 98. Acedido a 03 de Abril de 2023, em <https://www.lexlink.eu/FileGet.aspx?FileId=49779>
- Boletim da República (2010). **Haiyu (Mozambique) Mining Co., Lda**. III Série, Número 20.
- Carta de Moçambique (2022). **Nyusi recebe hoje o polémico título de Doutor Honoris Causa em Biodiversidade e Mudanças Climáticas**. Acedido a 05 de Abril de 2023, em <https://cartamz.com/index.php/politica/item/11853-nyusi-recebe-hoje-o-polemico-doutor-honoris-causa-em-biodiversidade-e-mudancas-climaticas>
- CCIE (2021). **Destrução da duna em Chongoene**. Acedido a 21 de Março de 2023, em <https://www.facebook.com/Conselho-Crist%C3%A3o-de-Mo%C3%A7ambique-2095416527341861/videos/destrui%C3%A7%C3%A3o-da-duna-em-chongoene/306848797518879/>
- Centro de Jornalismo Investigativo (CJI) (2020). **Areias pesadas do Chibuto no epicentro da expropriação de terras**. Acedido a 22 de Março de 2023, em <https://cjimoz.org/news/areias-pesadas-do-chibuto-no-epicentro-da-expropriacao-de-terras/>
- Chichava, Sérgio e Alden, Chris (2012). **Reflexões em torno de uma relação em mudança**. In *A Mamba e o Dragão. Relações Moçambique-China em perspectiva*. IESE/SAIIA. Pgs: 189-198.
- CIP (2023). **Má gestão e alianças promíscuas colapsam sector de pescas em Moçambique**. Disponível em <https://www.cipmoz.org/en/2023/03/16/ma-gestao-e-aliancas-promiscuas-colapsam-sector-de-pescas-em-mocambique/>
- Conrado, Régio, e Monjane, Boaventura (2021). Introdução. “In Aporias do Moçambique Pós-Colonial – Estado, sociedade e capital”. Daraja Press. Pgs xiii – xxvii.
- Constituição da República de Moçambique (2004). Maputo.
- Craft (s.d.). **Anhui Foreign Economic Construction**. Acedido a 03 de Abril de 2023, em <https://craft.co/anhui-foreign-economic-construction-group>
- Decreto nº45/2004 (2004). **Regulamento sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental**. BR. I Série – Número 39.
- Devex (s.d.). **Anhui Foreign Economic Construction (Group) Co., Ltd (AFECC)**. Acedido a 03 de Abril de 2023, em <https://www.devex.com/organizations/anhui-foreign-economic-construction-group-co-ltd-afecc-62535>

- Diário da Zambézia (2023). **Impacto ambiental na exploração de areias pesadas. “Deixem explorar os recursos para ganharmos dinheiro”** – Pio Matos, governador da Zambézia. Edição no.4.054. Quelimane.
- Diário da Zambézia (2023). **Governador “manda passear” ambientalistas.** Acedido a 20 de Setembro de 2023, em <https://www.youtube.com/watch?v=2hrXywVW5hM>
- Diário Económico (2022). **Gaza: Empresa chinesa que explora areias pesadas em Chibuto vai construir porto.** Acedido a 03 de Abril de 2023, em <https://www.diarioeconomico.co.mz/2022/08/28/negocios/empresa-chinesa-que-explora-areias-pesadas-de-chibuto-em-gaza-vai-construir-porto/>
- Enviestudos, Lda. (2022). **Avaliação de Impacto Ambiental. Projecto de Construção de Infra-estruturas Logísticas para Exportação de Areias Pesadas de Chibuto, Distrito Chongoene, Província de Gaza. Relatório do Estudo de Impacto Ambiental.** Volume I. Maputo.
- Enviestudos, Lda (2022). **Avaliação do Impacto Ambiental. Fase do EIA-Estudo de Impacto Ambiental. Relatório de Consulta Pública. Projecto de Construção de Infra-estruturas Logísticas para Exportação de Minério de Areias Pesadas de Chibuto, Distrito de Chongoene, Província de Gaza.** Volume III. Maputo.
- Gil, Fernando (2021). **Que resta em Cabo Delgado para os 2.5 milhões de habitantes que tem?** Acedido a 03 de Abril de 2023, em https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2021/04/que-resta-em-cabo-delgado-para-os-25-milh%C3%B5es-de-habitantes-que-tem.html
- Haiyu (Mozambique) Mining Co., Lda. **O nosso produto.** Acedido a 03 de Abril de 2023, em <https://www.haiyumining.com/nosso-negocio>
- INE (2021) *Folheto Distrital - Moma.* Acedido a 10 de Janeiro de 2023, em http://www.ine.gov.mz/estatisticas/publicacoes/folheto-distrital/nampula/folheto_distrito_moma-2020.pdf/view.
- INE (2023). Estatísticas do Distrito de Inhassunge, 2017 – 2021. Acedido a 19 de Julho de 2023, em <https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/inhassunge>
- INE (2023). Estatísticas do Distrito de Chongoene 2017 – 2021. Acedido a 19 de Julho de 2023, em <https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/chongoene-1>
- Jornal @verdade (2014). **Empresa chinesa recebe DUAT para extracção mineira na Zambézia.** Acedido a 03 de Abril de 2023, em <https://verdade.co.mz/empresa-chinesa-recebe-duat-para-extracao-mineira-na-zambezia/>
- Ledger, Emma (2021). **Mozambique forges new partnerships to protect biodiversity. In independent.** Acedido a 04 de Abril de 2023, em <https://www.independent.co.uk/voices/campaigns/giantsclub/mozambique-forges-new-partnerships-to-protect-biodiversity-b1907142.html>
- Lei nº 20/2014 de 18 de Agosto. Lei de Minas. Acedido a 19 de Julho de 2023, em http://fraccessoriasa.co.mz/wp-content/uploads/2021/05/36-Lei-n_20.2014-Lei-de-Minas.pdf
- Lei nº 20/97 de 1 de Outubro. Lei do Ambiente. Acedido a 18 de Julho de 2023, em <https://www.biofund.org.mz/wp-content/uploads/2017/03/Lei-do-Ambiente.pdf>
- Lei no 19/97 De 1 de Outubro. Lei de Terras.
- Lusa (2021). **Justiça sul-africana proíbe projeto de exploração sísmica da Shell.** Acedido a 3 de Abril de 2023, em https://www.rtp.pt/noticias/mundo/justica-sul-africana-proibe-projeto-de-exploracao-sismica-da-shell_n1373097
- Lusa (2023). **Austrália rejeita mina de carvão a céu aberto perto da Grande Barreira de Coral.** Acedido a 2 de Abril, em https://www.sapo.pt/noticias/atualidade/australia-rejeita-mina-de-carvao-a-ceu-aberto_63e5ba6f016f497684ba6909
- Marremula, Amilcar (2019). **Haiyu (Mozambique) Mining, Lda. Relatório de Estudo de Impacto Ambiental. Plano de Gestão Ambiental. Plano de Monitorização Ambiental (REIA, PGA & PMA). Plano de Gestão Ambiental PGA. Concessão Mineira 7239c – Exploração de Areias Pesadas em M’pago.** Nampula.
- Marremula, Amilcar (2019). **Relatório de Estudo de Impacto Ambiental. Plano de Gestão Ambiental. Plano de Monitorização Ambiental (REIA, PGA & PMA). Plano de Monitorização Ambiental. Concessão Mineira 7239c – Ex-**

ploração de Areias Pesadas em M'pago. Nampula.

Mate, Rui (2022). Estado perde milhões de meticais por falta de fiscalização da produção de areias pesadas na província da Zambézia. In CIP. Disponível em <https://www.cipmoz.org/en/2022/08/18/estado-perde-milhoes-de-meticais-por-falta-de-fiscalizacao-da-producao-de-areias-pesadas-na-provincia-da-zambezia/>

MITADER (2015). **Estratégia e plano de acção para a conservação da diversidade biológica em Moçambique (2015-2035)**. Acedido a 12 de Julho de 2023, em <https://www.biofund.org.mz/wp-content/uploads/2017/03/NBSP-Biodiversity-Strategy-and-Plan-Mocambique-2015-2035-Port.pdf>

Muaga, David (2021). **Expectativas de desenvolvimento resultantes do reassentamento mineiro no bairro de Nwaha-muza, distrito de Chibuto, Moçambique**. Universidade Eduardo Mondlane. Acedido a 12 de Julho de 2023, em <http://www.repositorio.uem.mz/bitstream/258/633/1/2021%20-%20Muaga%2C%20David.pdf>

Mueia, Marcelino (2018). **FIR mata uma pessoa e fere duas em protesto na Zambézia**. In DW. Acedido a 30 de Março de 2023, em <http://85.217.170.64/pt-002/fir-mata-uma-pessoa-e-fere-duas-em-protesto-contr-reassentamento/a-44887066>

Nações Unidas (2022). **“Moçambique é Campeão da Acção Climática”**. Acedido a 04 de Abril de 2023, em <https://mozambique.un.org/pt/193890-mo%C3%A7ambique-%C3%A9-campe%C3%A3o-da-a%C3%A7%C3%A3o-clim%C3%A1tica>

Nhampossa, João (2021). **Sobre a destruição de dunas primárias na Praia de Chongoene: investigação deve ir até às últimas consequências**. In Carta de Moçambique. Acedido a 22 de Março de 2023, em <https://cartamz.com/index.php/carta-do-fim-do-mundo/item/7665-sobre-a-destruicao-de-dunas-primarias-na-praia-de-chongoene-investigacao-deve-ir-ate-as-ultimas-consequencias>

Nhantumbo, Armando (2020). **Haiyu Mozambique Mining Co. Lda. e as areias pesadas de Angoche. Um negócio obscuro**. In Jornal SAVANA. Edição nº 1370. Maputo. Pg. 16.

Ossumane, Zito do Rosário (2018). **Inhassungenses mantêm o Estado de cócoras: “Juramos morrer aqui onde nascemos”**. In Jornal Txopela. Acedido a 30 de Março, em <https://landportal.org/pt/news/2018/09/inhassungenses-mant%C3%A9m-o-estado-de-c%C3%B3coras-%E2%80%9Cjuramos-morrer-aqui-onde-nascemos%E2%80%9D>

Presidência da República de Moçambique (2022). **PR nomeado campeão de gestão de risco de desastres ao nível do continente**. Acedido a 04 de Abril de 2023, em <https://www.presidencia.gov.mz/por/Actualidade/PR-nomeado-campeao-de-gestao-de-risco-de-desastres-ao-nivel-do-continente>

RM (2023). **Jornal da Tarde**. Transmitido no dia 9 de Agosto de 2023.

RMS Consultores, Lda (2014). **Relatório do Estudo de Impacto Ambiental (REIA). Projecto de Exploração e Processamento de Areias Pesadas nos Distritos de Inhassunge, Nicoadala e Chinde (Concessão 5004c)**. Província da Zambézia. Maputo.

Sambo, Michael (2018). **Haiyu Mozambique Mining Company: dinâmicas da intervenção chinesa nas areias pesadas de Angoche**. In IDEAS 97/IESE. Acedido a 19 de Julho de 2023, em <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/02/IESE-ideias-97-MSambo.pdf>

Sekelekani (2021). **Empresa chinesa invade e destrói dunas da Praia de Chongoene**. Acedido a 21 de Março de 2023, em <https://www.sekelekani.org.mz/?p=3446>

SIBMOZ e MTA. Convenções Internacionais. Acedido a 12 de Julho de 2023, em <https://sibmoz.gov.mz/international-conventions/>

Tchambule, Reginaldo (2021). **PGR confirma processo-crime contra a Dingsheng Minerals por Destruição de dunas em Chongoene**. In Jornal Evidências. Acedido a 21 de Março de 2023, em <https://evidencias.co.mz/2021/08/16/pgr-confirma-processo-crime-contr-a-dingsheng-minerals-por-destruicao-de-dunas-em-chongoene/>

Tchambule, Reginaldo (2021). **Depois de cometer crime ambiental, Dingsheng Minerals continua impune e tenta**

viciar processos para construir uma doca. In *Jornal Evidências*. Acedido a 22 de Março de 2023, em <https://evidencias.co.mz/2021/08/05/depois-de-cometer-crime-ambiental-dingsheng-minerals-continua-impune-e-tenta-viciar-processos-para-construir-uma-doca-no-lugar-onde-esta-previsto-um-porto/?fbclid=IwAR1qFjRrmwZOmlSOdMz6ITgXP1L5itSeXnL5y0JRYrwQi3a3S06IPOXezc>

The World Bank (2022). **Moçambique torna-se o primeiro país a receber pagamentos por reduções de emissões do mecanismo de parceria de carbono florestal.** Acedido a 04 de Abril de 2023, em <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2021/10/15/mozambique-becomes-first-country-to-receive-emission-reductions-payments-from-forest-carbon-partnership-facility>

Tovele, Alberto Benedito (2022). **Exploração Mineira e o (sub) desenvolvimento (in) sustentável: lições a partir da exploração de areias pesadas em Moma.** In *Destaque Rural* N0 194/Observatório do Meio Rural. Acedido a 02 de Abril de 2023, em <https://omrmz.org/wp-content/uploads/2022/10/DR-194-Exploracao-mineira-e-o-subdesenvolvimento-in-sustentavel.pdf>

Tribunal Administrativo (2021). **Relatório e Parecer. In Boletim da República. I Série. Número 253.** Acedido a 12 de Julho de 2023, em <https://gazettes.africa/archive/mz/2021/mz-government-gazette-series-i-supplement-no-11-dated-2021-12-31-no-253.pdf>

UEM (2022). **UEM outorga título de Doutor Honoris Causa ao Presidente da República.** Acedido a 04 de Abril de 2023, em <https://www.uem.mz/index.php/noticias-recentes/1696-uem-outorga-titulo-de-doutor-honoris-causa-ao-presidente-da-republica>

União Africana (2017). Análise do projecto revisto da convenção sobre a conservação da natureza e dos recursos naturais. Acedido a 12 de Julho de 2023, em https://archives.au.int/bitstream/handle/123456789/6434/2003%20July%2011%20Convention%20on%20Nature%20and%20Natural%20Resources%20%28New%20Version%29%20_P.pdf?sequence=3&isAllowed=y

Xinhua (2022). **Presidente moçambicano inaugura linhas de produção para projeto de areia pesada com investimento chinês.** Acedido a 03 de Abril de 2023, em <http://portuguese.xinhuanet.com/20221203/8955e6d089924cb8873e7f9497eaab73/c.html>

Carta de Moçambique (2022). Nyusi recebe hoje o polémico título de Doutor Honoris Causa em Biodiversidade e Mudanças Climáticas. Acedido a 10 de Julho de 2023, em <https://cartamz.com/index.php/politica/item/11853-nyusi-recebe-hoje-o-polemico-doutor-honoris-causa-em-biodiversidade-e-mudancas-climaticas>

Mucandze, Nelson (2022). Reitor “impõe” título de Honoris Causa a Filipe Nyusi. In *Jornal Evidências*. Acedido a 10 de Julho de 2023, em <https://evidencias.co.mz/2022/09/06/reitor-impoe-titulo-de-honoris-causa-a-filipe-nyusi/>

Lusa (2021). **Moçambique o mais vulnerável do mundo às mudanças climáticas.** Acedido a 18 de Julho de 2023, em <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-o-mais-vulner%C3%A1vel-do-mundo-%C3%A0s-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas/a-56340562>

RFI (2026). **COP22: Moçambique, o país mais afectado por fenómenos climáticos.** Acedido a 18 de Julho de 2023, em <https://www.rfi.fr/pt/mocambique/20161117-cop22-mocambique-foi-o-pais-mais-afectado-por-fenomenos-climaticos>

RM Consultores, Lda (2014). **Relatório do Estudo de Impacto Ambiental (REIA).** Projecto de exploração e processamento de areias pesadas nos distritos de Inhassunge, Nicoadala e Chinde (concessão 5004c). Maputo

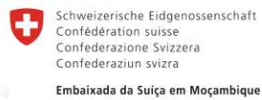
Serra, Carlos Manuel (2012). **Quadro jurídico-ambiental em Moçambique – Pontos Fortes, Constrangimentos e Desafios.** In *O Meio Ambiente em Moçambique. Notas para reflexão sobre a situação actual e os desafios para o futuro.*

Capítulo I. Pgs. 11 a 34.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Norwegian Embassy



Reino dos Países Baixos

